

UNB · FAU · PRO · TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

ALÉM DA CONCHA

O ESPAÇO CULTURAL DA CONCHA ACÚSTICA NO PARQUE
URBANO DO JABURU

GISELLE MARIE CORMIER CHAIM · 08/30470

Plano de trabalho apresentado ao departamento de Projetos, Expressão e Representação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito à disciplina Trabalho Final de Graduação.

Orientação

Profa. Dra. Luciana Saboia Fonseca Cruz

Banca examinadora

Profa. Dra. Elane Ribeiro Peixoto

Prof. Dr. Cláudio José Pinheiro Villar de Queiroz

Prof. Dr. Ivan Manoel Rezende do Valle

Arq. Juan Carlos Guillén Salas

Brasília, dezembro de 2013

Sumário

Introdução	4
Lazer, cultura e arte como elementos da cidade moderna	7
Paisagem e apreciação da natureza: o caso do Lago Paranoá	9
A ocupação da Península Central	11
A orla	13
A Concha Acústica	19
A Vila Planalto	22
O Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto e o Parque Urbano do Jaburu	26
Península Central: condicionantes	28
Contexto urbano e acessibilidade	29
Infra-estrutura	31
Tipologias arquitetônicas	32
Legislação	34
Topografia e condicionantes climáticas	36
Vegetação	37
Parque Urbano do Cerrado: Zoneamento	38
Diretrizes Projetuais	40
Sociais	40
Ambientais	40
Espaciais / paisagem	41
Propostas	42
Estudos de caso	48
Quadro de imagens	53
Referências bibliográficas	54

Introdução

Somos multidões de anônimos que não convivem, mas que se confrontam diariamente, com cada vez maior agressividade, para conquistar espaço para (...) se divertir. E para ter um pouco de paz, de silêncio, tentamos ignorar os vizinhos, trancar-nos em casulos. Não desfrutamos mais da vida urbana. Há cada vez menos o que desfrutar.

Burle Marx

A Concha Acústica de Brasília está presente na memória dos que fizeram parte da vida cultural e artística da cidade em suas primeiras décadas. Hoje, quando é notícia – especialmente se incluída no debate sobre a situação do Museu de Artes de Brasília (MAB) – fomenta as discussões a respeito da degradação dos poucos espaços públicos de lazer remanescentes na orla do Lago Paranoá.

A Concha é projeto de Oscar Niemeyer e foi concebida como o primeiro espaço destinado à música e às artes performáticas para Brasília. Sua arquitetura estabelece com a paisagem ao seu redor uma relação simbiótica que, atualmente, tornou-se parasitária, devido ao seu abandono. Mesmo assim, durante os feriados e fins de semana, permanece sendo um espaço utilizado pela população, majoritariamente da Vila Planalto, que não tem acesso aos espaços vizinhos, todos privativos.

Neste sentido, este projeto surgiu com a intenção de revitalizar o terreno da Concha Acústica de modo a recuperar seu caráter original e garantir à população que dele faz uso uma grande área de lazer e de fruição às margens do Lago Paranoá.

A ideia inicial considerou a relação estabelecida pela Concha Acústica e pelo Museu de Artes de Brasília¹ com a paisagem, o que levou à proposta de revitalização do espaço público por meio do tratamento paisagístico do terreno e de seu entorno, além da inserção de atividades culturais, artísticas e educativas que dessem visibilidade e utilidade à área. A intervenção, portanto, constituída de três eixos principais: as zonas da orla, dos espaços construído e do parque.

A partir das reflexões sobre o projeto, compreendeu-se, no entanto, que a revitalização abrangeria uma área muito maior. Antes restrita aos limites do terreno da Concha, a proposta paisagística da intervenção ampliou-se e passou a considerar toda a Península Central, o Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto e a Reserva Nacional do Jaburu.

¹ Neste trabalho a Concha Acústica e o Museu de Artes de Brasília são compreendidos como referências arquitetônicas diretamente relacionadas, atualmente constituídas de espaços ociosos e desconexos.

A Península Central é uma área sensível, sob o ponto de vista espacial e ambiental, e apresenta destinações e usos bastante diversificados. Imersa nas escalas monumental e bucólica, nela se localizam os palácios da Alvorada e do Jaburu, a área de preservação ambiental do Jaburu, a Vila Planalto, o Brasília Palace Hotel, clubes e condomínios residenciais privativos, cujas construções bloqueiam o acesso e a vista do Lago.

A orla do Lago Paranoá é caracterizada no contexto do Plano Piloto como forte elemento constituidor da Escala Bucólica e dialoga diretamente com a paisagem natural e construída da cidade. Segundo Queiroz (1991), tem a função de “articular a paisagem cultural construída com a natural, de maneira a não acontecer abruptamente, mas serenamente, harmonizando o efeito visual, no que competiu a realizar a cidade recuada em relação ao cerrado e à orla do lago”.

Assim, se por um lado é necessário conter a exploração dos potenciais do Lago, por meio dos ordenamentos urbanísticos que mantenham a percepção entre o construído e o não construído às suas margens, por outro é importante garantir acesso universal da população às áreas de lazer, cultura e apreciação do Paranoá. Na Península Central, o isolamento em termos de mobilidade urbana e acessibilidade reforça o caráter privativo de modo que a utilização dos espaços públicos disponíveis é inibida e sua preservação, ameaçada.

No que se refere à Vila Planalto, o tombamento do traçado original do acampamento pioneiro como Patrimônio de Brasília e a oferta insuficiente de moradia na região resultaram na especulação imobiliária e na ocupação irregular de vazios urbanos sem destinação específica de uso. Esta situação ocorre na área do Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto, fora dos limites do antigo acampamento, mas dentro da Poligonal de Tutela do Conjunto Tombado. Trata-se do Recanto do Jaburu, conjunto de chácaras que ocupa uma área de 23 hectares no coração do parque e que apresenta riscos devido à precariedade de suas construções – em sua maioria barracões de madeira sem infra-estrutura.

Neste contexto, o terreno da Concha Acústica parece ser o último ponto de conexão pública com o Lago Paranoá. E o Parque da Vila Planalto desempenha importante papel para conter o avanço das ocupações irregulares em direção ao Palácio da Alvorada e para preservar e regenerar toda uma área de cerrado antropizada.

Assim, os objetivos deste projeto são revitalizar as áreas degradadas da Concha Acústica e de suas adjacências, propiciar conexões entre os elementos principais e regenerar o espaço urbano da Península Central, por meio da criação de uma grande área em que coexistem zonas de lazer, educação ambiental e patrimonial, cultura e arte – o *Parque Urbano do Jaburu*.

Considerando-se os problemas identificados e os benefícios advindos da revitalização da Concha Acústica e de sua área de influência, pode-se afirmar que o projeto é relevante e tem potencial. Está, ainda, aderente às normativas definidas no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) de 2012, que destaca como diretrizes para intervenção na região “a recuperação dos locais e equipamentos degradados; a instalação de equipamentos de tratamento urbanístico e paisagístico; e o incentivo ao acesso e ao uso da orla pela população”, além de garantir “sustentabilidade econômica, apropriação e dinamização dos espaços identificados” (PPCUB, 2012).

A fundamentação teórica que orientou o presente trabalho partiu do estudo acerca dos espaços de lazer na cidade moderna; da identificação dos aspectos que permeiam a implantação, a relação com a paisagem e a utilização do Lago Paranoá no contexto do Distrito Federal; e do contexto histórico de formação da Península Central, por meio da análise da Concha Acústica, da Vila Planalto e do Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto.

Para amparar a definição das diretrizes de projeto e do lançamento do partido arquitetônico e urbanístico, os estudos de caso foram escolhidos por guardarem alguma similaridade com os problemas identificados, especialmente em termos de interferência na paisagem e regeneração de espaços degradados por meio da revitalização de espaços públicos.

Lazer, cultura e arte como elementos da cidade moderna

A partir das mudanças sociais desencadeadas pela Revolução Industrial, o lazer surge como alternativa às cansativas jornadas de trabalho dos operários. Em um primeiro momento assume o sentido de prover o descanso propriamente dito, mas vem da mesma maneira representar a busca pelo prazer por meio do divertimento e da recreação. Atitudes como redução das horas diárias de trabalho, liberação nos fins de semana e introdução das férias coletivas foram fatores que gradualmente permitiram o surgimento de uma vida após o trabalho na sociedade moderna.

Le Corbusier afirmava na Carta de Atenas (1941) que “as horas de trabalho, em geral muscular e nervosamente extenuantes, devem ser seguidas, a cada dia, por um número suficiente de horas livres. Essas horas livres, que o maquinismo infalivelmente ampliará, serão consagradas a uma reconfortante permanência no seio de elementos naturais”.

O lazer está, portanto, ligado a diversas práticas que envolvem o homem moderno, aí incluídas a apreciação da natureza, as artes, a cultura e o esporte. É no espaço destinado ao lazer que acontecem os encontros entre pessoas, o convívio social e a troca de experiências. Desta maneira, se a cidade, na perspectiva da vida moderna, representa a expressão viva da dinâmica dos novos tempos, o seu desenho tem como função “assegurar aos cidadãos as condições de vida que salvaguardem não somente sua saúde física, mas também sua saúde moral e a alegria de viver delas decorrente.” (CORBUSIER, 1941).

O urbanismo modernista passa, então, a valorizar e a tratar dos espaços públicos como intrínsecos à dinâmica das cidades a partir da proposta da cidade-jardim de Ebenezer Howard, em que edifícios públicos e residenciais deveriam ser permeados por bulevares e parques públicos. Mais adiante, com os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), em especial com a Carta de Atenas, o *recrear-se* é definitivamente compreendido como parte constituinte da natureza humana, sendo necessário que espaços para seu acontecimento sejam projetados.

Le Corbusier sugere, desta maneira, que aos espaços públicos destinados ao lazer devem ser comportadas atividades que forneçam ao usuário – individual ou coletivo – opções como esportes de toda a natureza, além de espetáculos, concertos, teatros ao ar livre, dentre outros. E, ainda, que estes espaços valorizem a preservação das “belezas naturais ainda intactas, mas também da reparação das agressões que algumas delas tenham podido sofrer.” (CORBUSIER, 1941).

As práticas urbanistas inspiradas nestes preceitos, dentre as quais se destaca neste trabalho especificamente o caso de Brasília, buscaram, portanto, aplicar a ideia dos

espaços públicos e de lazer por meio da incorporação de grandes áreas verdes – em Brasília, a escala bucólica-, em que os edifícios resultam isolados e em que acontece a segregação de usos e de espaços. São os chamados “vazios modernos”, que, segundo Sabóia (2010), traduzem “a tensão entre o modelo eficiente da tradição iluminista da metanarrativa moderna e, por outro lado, as pequenas narrativas de apropriação sociais contínuas nos vazios, as marcas de ritmos de fluxos e permanências deixadas ao longo do tempo”.

De encontro ao tratamento dado aos espaços públicos, a exemplo aqui dos parques e praças urbanos, a opinião de Jane Jacobs em “Morte e vida das grandes cidades” é de que não basta que estes espaços - os *vazios modernos* - simplesmente existam, sem nenhum critério, para que tenham vitalidade – e para que tragam vitalidade ao seu entorno. Para ela, é necessário que sejam incorporados de outros elementos para que funcionem, quais sejam: a *diversidade de usos e de pessoas* em seu entorno, que conferem também diversidade de horários e de propósitos para sua utilização; a *riqueza espacial*, criada por elementos tais como diferenças de nível, visuais interessantes, perspectivas variadas, agrupamentos de árvores; a *centralidade*, com a qual a presença de um elemento central é reconhecida; a *insolação* adequada às diversas situações e usos; e, finalmente, a *delimitação espacial*, de modo a evitar que sejam formadas grandes áreas vazias.

A concepção dos espaços destinados ao lazer nas cidades parece, portanto, controversa e complexa. Em meio ao talvez ineficiente tratamento dos espaços públicos e de lazer dados por Corbusier e ao rigor com que Jacobs os descreve, a defesa da intervenção proposta parece mais alinhada com o pensamento defendido por Burle Marx. Seus textos evidenciam um caráter mais humanista e voltado a compreender o papel social dos espaços de lazer na vida moderna e os parques públicos e jardins como objetos de arte e apreciação, conforme o trecho transcrito a seguir:

Nesta época em que o homem da cidade está mais do que espremido e sufocado em sua moradia, onde a ordem é “mínimos standards”, há a necessidade de se criar grandes espaços livres, onde se possa respirar, entrar em contato com a natureza, ter a oportunidade de poder meditar, contemplar uma flor ou uma forma vegetal num lugar seguro, sossegado, dar à juventude o prazer de desfrutar despreocupadamente o esporte e a vida ao ar livre. Isso significa criar jardins com uma expressão própria, como obra de arte, mas que, simultaneamente, satisfaçam todas as necessidades de contato com a natureza, cada vez mais insatisfeita pela vida que leva o homem da civilização tecnológica. (...)o jardim é, em suma, um instrumento de prazer e um meio de educação. (BURLE MARX, 2004,p. 74).

Paisagem e apreciação da natureza: o caso do Lago Paranoá

Tendo como paradigma o caráter humanístico que deve orientar a intervenção na Concha Acústica no terreno do Parque da Vila, surge a necessidade de compreender o Lago Paranoá como fato urbano em que o diálogo entre paisagem natural e construída torna-se o princípio balizador para o desenvolvimento deste projeto.

Entende-se que a *paisagem* é interpretada como o produto da interação do homem com o seu meio, com finalidade de desenvolvimento ou de transformação. Seu conceito, no entanto, pode ser explorado em áreas diversas e com propósitos distintos. Inclusive, a percepção de uma paisagem depende de cada observador, de acordo com sua interpretação e personalidade.

A paisagem no contexto de Brasília foi tida por Lucio Costa como elemento articulador da nova cidade com a natureza. É ela, traduzida no horizonte do Planalto Central, que determina o gabarito de altura dos edifícios e a disposição do traçado urbano na topografia original, por exemplo. Como afirma Queiroz (1991):

O urbanismo proposto do Plano Piloto não só respeitou, como tirou partido da preexistência natural (...). A acomodação das Asas Norte e Sul acompanhando a curva de nível, pode ser interpretada como uma maneira de implantação análoga à atitude descontraída, um quase “desleixo” constatado tradicionalmente nas cidades brasileiras, contribuindo para a valorização destes lugares por suas paisagens naturais. (...) A atitude projetual tira partido, ao máximo, das visuais e dos pontos focais pré-existentes neste lugar. Mais que tudo, cria uma nova existência, harmonizando arquiteturalmente as variáveis de sua criação e exultando a paisagem natural. (QUEIROZ, 1991, p.133 p.175-177).

O próprio Lucio Costa reafirma em Brasília Revisitada, 1967, que “da proposta do Plano Piloto resultou a incorporação à cidade do imenso céu do planalto, como parte integrante e onipresente da própria concepção urbana (...): a cidade é deliberadamente aberta aos 360 graus do horizonte que a circunda”.

Em se tratando da constituição da Escala Bucólica, no qual o diálogo entre as paisagens construídas e naturais é contrastado, o Lago Paranoá assume um papel fundamental. Os espaços verdes, livres e acessíveis a toda a população, presentes na orla, reforçavam a ideia da Brasília cidade-parque e da articulação entre a paisagem natural e a construída. Costa menciona que:

Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d’água (COSTA, 1957, item 20).

A orla do lago é identificada, portanto, como uma zona bastante sensível à ocupação, cujos impactos se relacionam diretamente com a paisagem que representa. No entanto, com o crescimento natural da cidade e com a identificação do potencial de exploração do Lago Paranoá como espaço destinado ao lazer, às artes e à cultura, a concepção original de Lucio Costa se perdeu.

Em se tratando da Concha Acústica e considerando sua localização em relação à Vila Planalto e à zona central de Brasília, cabe ao seu projeto de revitalização recuperar o caráter original da orla, por meio da concepção de um projeto que respeite a integração com a paisagem natural do Lago Paranoá, as escalas e a percepção dos acessos e que crie um espaço de contemplação da cidade. É preciso, portanto, compreender que a “inserção de um novo assentamento deve ter como princípio a integração arquitetônica com o existente” (QUEIROZ, 1991) assim como o fez Lucio Costa tão magistralmente.

A ocupação da Península Central



Figura 1: Península Central 1965. Fonte: SEDHAB



Figura 2: Península Central 1975. Fonte: SEDHAB



Figura 3: Península Central 1986. Fonte: SEDHAB



Figura 4: Península Central 2009. Fonte: SEDHAB

A orla

A proposta original para a ocupação do Lago Paranoá foi bastante desvirtuada ao longo dos anos de seu crescimento, tendo restado atualmente poucas zonas de acesso livre à população de um modo geral, em especial a de baixa renda. Quando existentes, os espaços encontrados por ela são geralmente de difícil acesso, inapropriados para o uso, sem equipamentos comunitários ou preocupações com a segurança e a integridade de seus usuários.

Para Holanda (2010), isto se deu devido à admissão da privatização de determinadas áreas para clubes e restaurantes, que, segundo o autor “contrasta com a tradição brasileira de se manterem públicas as áreas lindeiras a corpos d’água. Criou-se um precedente que fez da exceção a regra”.

Isto porque a apropriação irregular das margens do lago iniciou-se, ainda nos anos 1960, com a instalação de lotes residenciais nos chamados Setores Habitacionais Individuais Sul (SHIS) e Setores Habitacionais Individuais Norte (SHIN), além do Setor de Mansões do Lago Norte (SMLN). Apesar de terem sido previstas faixas de livre acesso às margens, por meio dos afastamentos mínimos obrigatórios, a maioria destes limites não foi respeitada.

Nos anos seguintes, seguiu-se a ocupação da bacia do lago, que foi intensificada pela proliferação nos anos 1990 dos condomínios de média e alta renda no Lago Sul, decorrentes dos parcelamentos irregulares de terras, e pelo estabelecimento dos assentamentos destinados à população de baixa renda, resultantes das políticas governamentais. O crescimento desordenado e a consequente sobrecarga das infraestruturas de abastecimento levou à diminuição da qualidade das águas do Lago Paranoá, que passou por um processo de degradação – felizmente revertido há alguns anos - a partir da década de 1970.

No que diz respeito à Península Central, foram também privatizadas áreas inteiras com vistas à implantação de condomínios de apartamentos luxuosos, a poucos metros da Vila Planalto, área majoritariamente de baixa renda. Neles, o conservadorismo estilístico e a reprodução de verdadeiras “cidades dentro da cidade” podem ser considerados causadores do *apartheid* social que se percebe na região (figura 5).

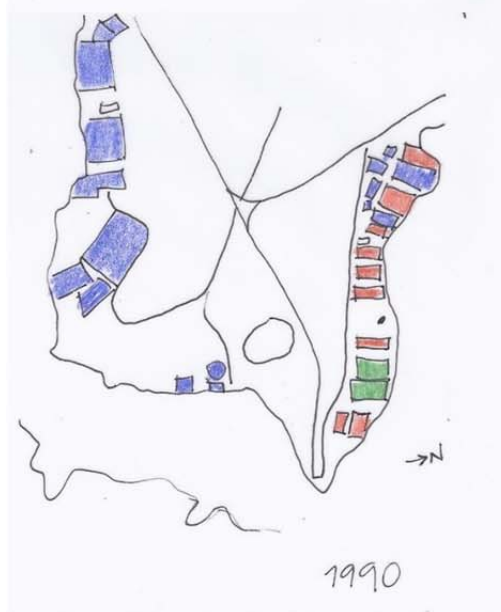
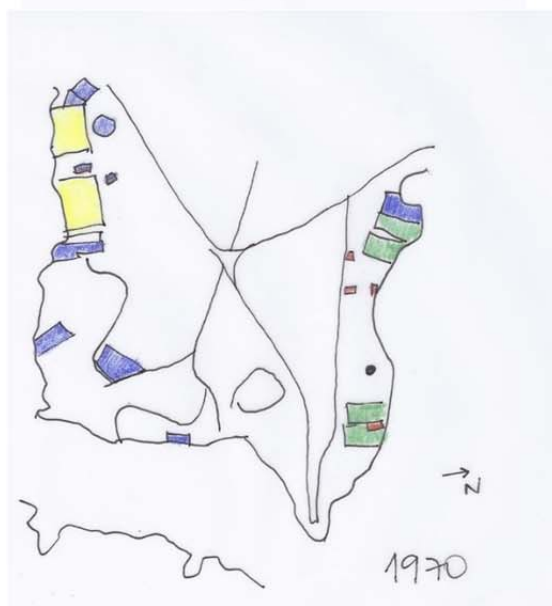
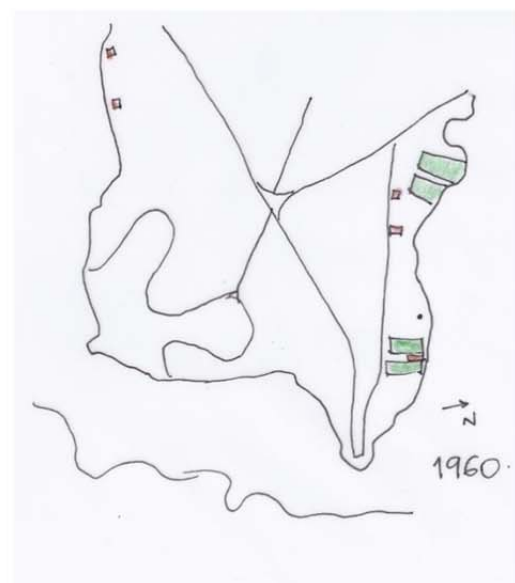


Figura 5: Histórico de ocupação da orla na Península Central

A principal responsável pela privatização dos espaços públicos, no entanto, permaneceu sendo a implantação de estabelecimentos destinados ao lazer, à cultura e às artes: clubes esportivos, centros comerciais, restaurantes, academias e centros de atividades se espalharam pela orla, a grande maioria deles destinada à classe média alta brasiliense.

Apesar da ineficiente fiscalização e controle da ocupação irregular, o Governo do Distrito Federal incentivou ações que motivaram a democratização do acesso ao Lago. Em 1985, foi promovido o estudo *Brasília 57/85: do plano piloto ao Plano Piloto*, sob coordenação de Lucio Costa, que motivou novas ações de revalorização do Lago Paranoá. Dentre outros aspectos, o documento apresentou irregularidades e estabeleceu novas diretrizes para o uso da orla do Lago, tais como a preservação dos gabaritos de altura e a identificação das áreas próximas à Concha Acústica e em torno da Lagoa do Jaburu como potenciais locais para a instalação de parques públicos, uma vez que se notou o comprometimento do acesso livre à orla e às opções de lazer.

Em 1992 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou uma portaria que delimitava as zonas de preservação do cerrado nativo e que estabeleciam novos critérios paisagísticos, alinhados com as propostas paisagísticas de Lucio Costa no Relatório do Plano Piloto.

Visando garantir maior ocupação, diversidade de usos e valorização de áreas livres no Lago, foi realizado em 1995 o Projeto Orla, que previa a implantação de onze polos de atividades que deveriam congregar práticas ligadas ao lazer, à cultura, ao comércio e ao estímulo ao turismo ao longo da orla do lago (figura 6).

A Concha Acústica foi setorizada no Polo 3, denominado Complexo do Brasília Palace, em que foram definidas áreas para a atividade hoteleira e cultural, tanto pela presença do anfiteatro como pela do Museu de Arte de Brasília e dos futuros Pavilhões da Bienal de Arte, que juntos deveriam constituir a Praça das Artes e o Parque Internacional da Escultura. Nas imediações do terreno em questão, foi estabelecido o Polo 4 – o parque do Cerrado, cuja intenção era a de preservar a zona de cerrado existente entre a lagoa do Jaburu e a Concha Acústica, a partir da determinação do documento Brasília 57-85.

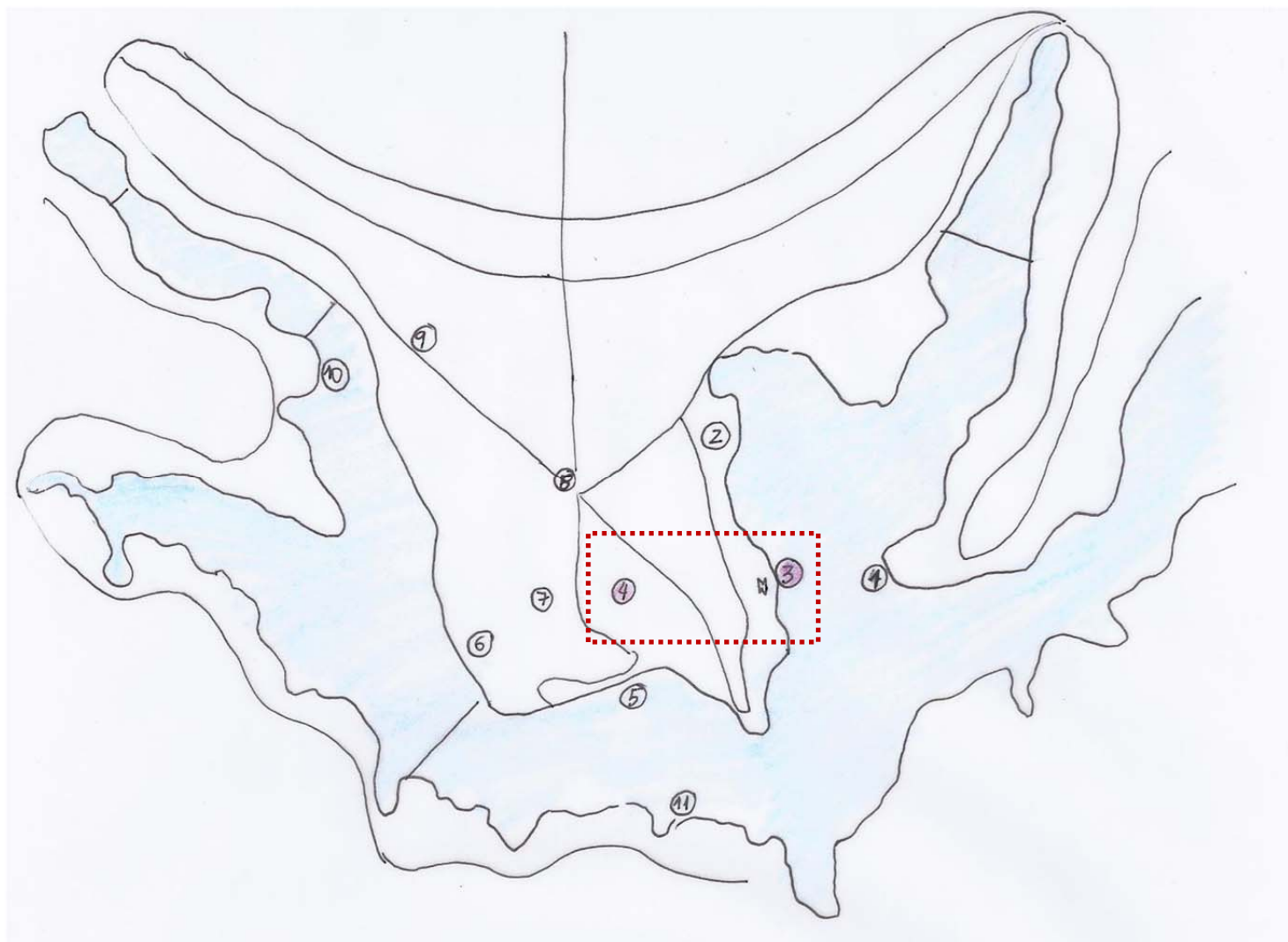


Figura 6: Mapeamento dos Pólos propostos no Projeto Orla.

Apesar de ser uma boa proposta de dinamização do uso dos espaços públicos relacionados ao lago, o Projeto Orla não foi totalmente implementado e muitas áreas permanecem abandonadas. Além disso, devido à falta de fiscalização, algumas áreas não seguiram à risca as definições de livre acesso, uso e circulação por suas instalações, tais como os polos 6 – do Centro de Lazer Beira Lago – e 10 – o Pontão do Lago Sul (figura 8), cujos estabelecimentos e perfil de usuários esperados não atendem à demanda populacional de baixa renda, apresentando, assim, um caráter excludente.

Não obstante, algumas áreas tiveram êxito em incluir a população que não tem condição de acesso às zonas privadas, mas que buscam alternativas de lazer às beiras do Lago, a exemplo do calçadão da Asa Norte, recentemente inaugurado, e do Parque Ecológico Península Sul (figura 7).

Este último é localizado na Península dos Ministros, região de alto padrão de renda, mas é bastante frequentado pela população de baixa renda, que tem à sua disposição espaços de lazer e diversão de qualidade. Segundo explicitado em seu decreto de fundação, o Parque foi criado “considerando a necessidade de manter a disposição da população do Distrito Federal a Orla do Lago Paranoá; a necessidade de compatibilizar essa disponibilidade, com a manutenção e a segurança do local, preservando a integridade dos domicílios lindeiros ao lago; e ainda a necessidade de disciplinamento do uso e preservação das Áreas de Preservação Permanentes – APPs, que margeiam o Lago Paranoá”, com o objetivo de promover a ocupação e preservação do local como um todo.

A exemplo do Parque Ecológico Península Sul, é preciso voltar a atenção para espaços de lazer de qualidade, que se destinem à população de baixa renda. Neste sentido, Holanda (2010) salienta que “a procura por espaços de lazer na orla é intensa nos poucos trechos de acesso franco, a demandarem qualificação que potencialize o usufruto de tão privilegiado sítio”.

O projeto aqui proposto para a revitalização do Parque da Península Central destina-se, portanto, a toda a população de Brasília, em especial àquela que dele mais necessita. Como parte da metodologia deste trabalho, a identificação do perfil dos usuários daquela região se faz necessária por meio de conversas informais *in loco* de modo a confirmar a hipótese que se faz, de que a maioria da população que frequenta o terreno da Concha Acústica é proveniente, não exclusiva, mas majoritariamente da Vila Planalto, graças às pequenas distâncias entre as localidades.

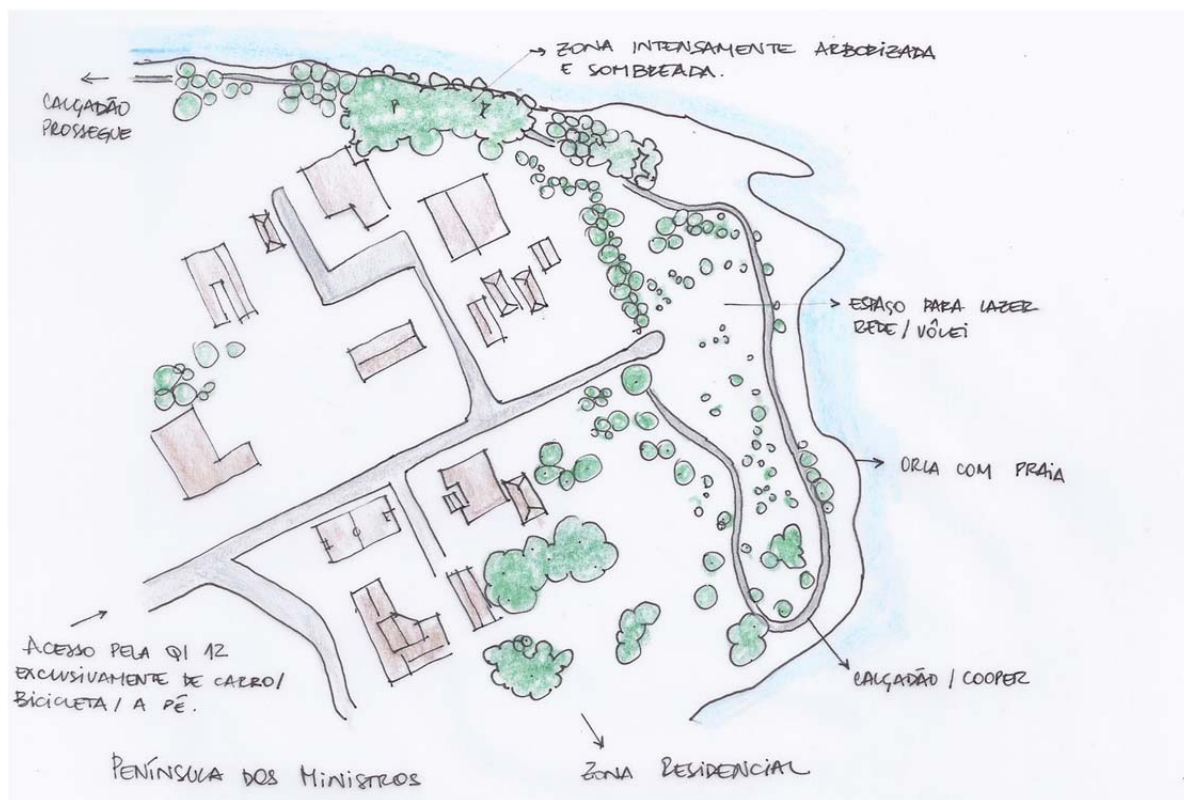


Figura 7: A península dos ministros

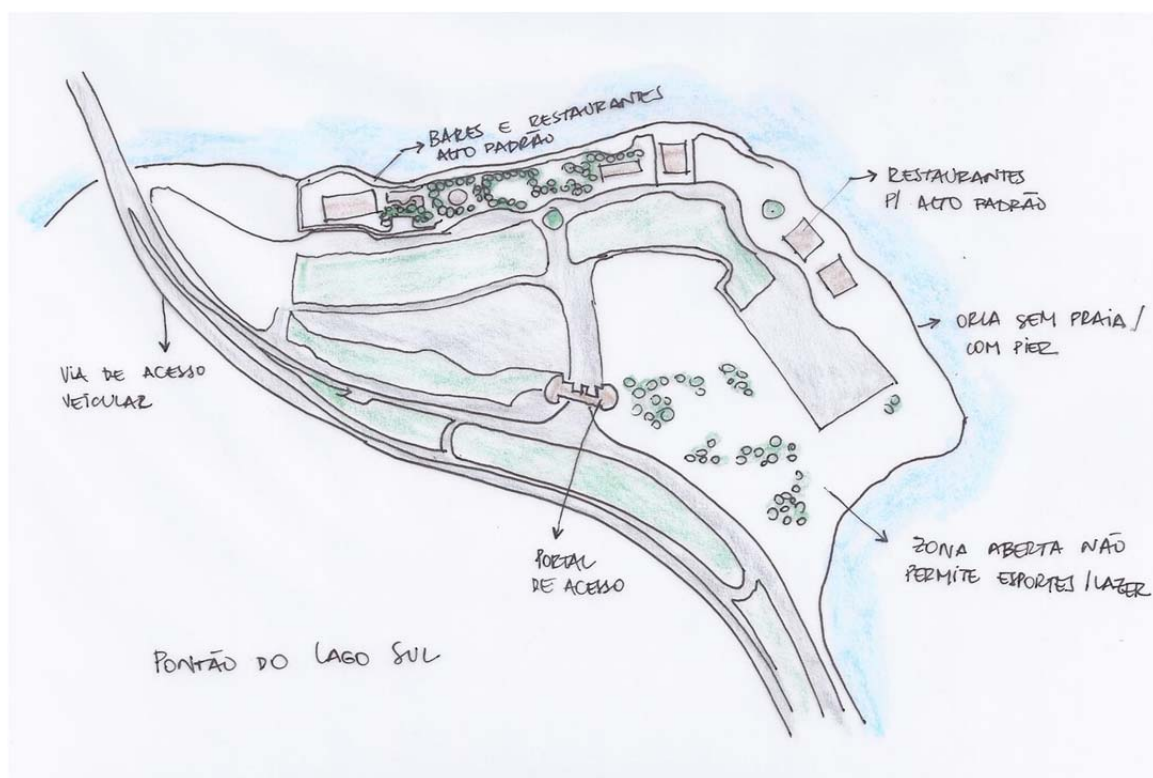


Figura 8: O Pontão do Lago Sul

A Concha Acústica

A ideia do projeto da Concha Acústica do Lago Paranoá era a de que a arte poderia ser exibida em um espaço aberto, completamente integrado com a natureza. Projeto de Oscar Niemeyer, o anfiteatro ao ar livre tinha como objetivo receber não apenas shows, mas também eventos musicais e culturais ao ar livre. A Concha foi inaugurada antes mesmo do Teatro Nacional, tendo sido, portanto, um dos principais espaços destinados às artes em Brasília e palco de grandes eventos que marcaram sua história.

De acordo com a Secretaria de Cultura do Distrito Federal, apesar de a inauguração oficial ter sido somente em 1969, a abertura da Concha se deu na inauguração de Brasília com a apresentação do Balé Municipal do Rio de Janeiro. Shows importantes marcaram a sua história e a de toda uma geração que frequentou o espaço, ao longo das décadas de 1960 a 2000. Em 1967, Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Vanderléia concentraram um público de 25 mil pessoas. Arnaldo Antunes, Djavan, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rita Lee, Nando Reis e bandas como Capital Inicial, Legião Urbana, Plebe Rude e Pato Fu também se apresentaram e a Concha foi palco para a inauguração do anual Porão do Rock, em 1998, que em sua primeira edição atraiu mais de 40mil pessoas ao local. Além dos grandes eventos, atrações locais também aconteciam e garantiam o uso mais proveitoso do espaço (figura 10).

O anfiteatro de 8.400m² localiza-se em um terreno de 23 hectares e possui capacidade para 6mil pessoas. A estrutura do espaço é composta de três projeções de formas retangulares e de uma plataforma de configuração trapezoidal: 200 bancos de concreto distribuídos em 30 fileiras que compõem a plateia, o palco ligeiramente elevado em relação à plateia e a estrutura côncava em concreto que estabelece a relação com a paisagem da cidade. Há, ainda, a presença de quiosques espalhados pelo terreno.

A situação atual dos espaços em torno da Concha e do monumento em si, no entanto, é precária. Em 2007 o espaço foi interditado pela Secretaria de Obras do Governo do Distrito Federal devido às más condições de manutenção de toda a região, que, abandonada, tornou-se insegura e inadequada para o uso. Atualmente as arquibancadas estão tomadas pela vegetação e a estrutura em concreto apresenta manchas, rachaduras e fissuras. Os quiosques foram depredados e alvo de vândalos e hoje são pontos de uso de drogas. A orla, o píer e a prainha encontram-se em estados precários de utilização, tomados por lixo e por entulhos.

Como resultado do Projeto Orla, entendeu-se que a recuperação da Concha Acústica e a restituição à população do espaço destinado às artes que ela representa deve fazer parte do conjunto urbanístico proposto para o Parque Urbano do Cerrado e não permanecer restrita ao terreno em si.

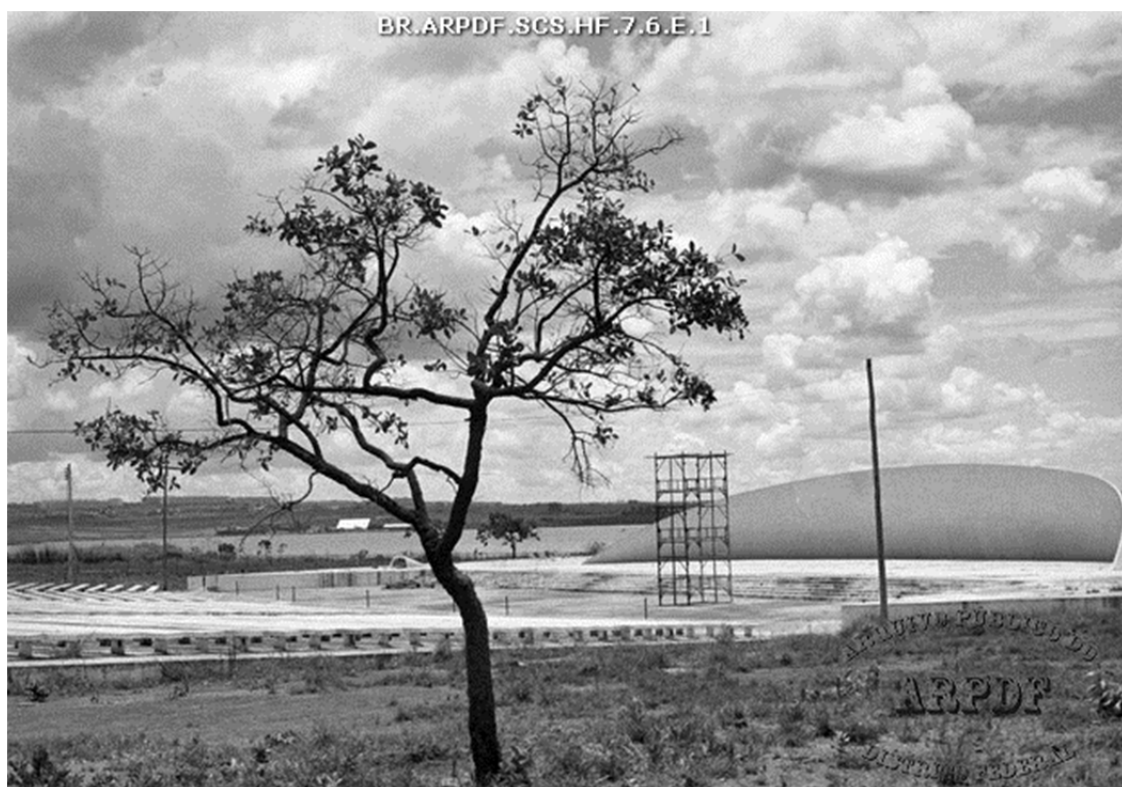


Figura 9: A Concha Acústica. Fonte: Arquivo Público



Figura 10: Concha Acústica lotada durante a apresentação de coral de estudantes da Vila Planalto na década de 1970. Fonte: Arquivo Público

As propostas de revalorização da área, propostas pelo Governo do Distrito Federal, no entanto, não consideravam esta integração com as demais atividades da Península Central e reforçavam o caráter de isolamento do projeto. Além disso, nenhum dos projetos respeitava a escala e a horizontalidade prevista para o local. A singeleza da ideia original do projeto de Niemeyer e o diálogo com o bucolismo que inspira precisam ser resgatados na proposta de um novo projeto em que a integração com a natureza seja prioridade.

O primeiro dos projetos apresentados data de 1997 e é assinado por Sergio Roberto Parada. Intitulado “Centro de Lazer Farol do Lago”, o projeto tinha área construída de 13.000m² na região imediatamente lateral à Concha Acústica e incluía calçadão, píer e museu, além de área para centro comercial e apreciação da vista do lago.

Outro projeto data de 2007, este aprovado pelo governo à época e arquivado pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), e inclui a reforma que instituiria o assim denominado “Centro Comercial Farol do Lago”. Além da urbanização da região, que seria de responsabilidade do poder público, o projeto incluía a construção de um bosque com pista de cooper, do píer com acesso ao lago onde os usuários poderiam alugar barcos para passeio, do Museu da Igualdade Racial, do foyer coberto para eventos culturais e de uma sala sinfônica – o Palácio da Música.

Atualmente, está em vigor na Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SEPHAN), órgão do Governo do Distrito Federal, o projeto de restauração da Concha Acústica, cujo processo licitatório será iniciado em julho de 2013. A reforma, no entanto, trata exclusivamente do monumento histórico projetado por Oscar Niemeyer. Serão substituídos os pisos e revestimentos, vidros, esquadrias, instalações elétricas, de água e de esgoto e demais elementos que estão atualmente danificados nas áreas do palco e arquibancadas, bilheteria, guarita e camarins. Os novos materiais deverão ser idênticos aos originais, mas não serão feitas quaisquer alterações ou melhoramentos no terreno em que se insere.

A intenção da reforma proposta pelo GDF é de garantir um espaço de qualidade para a população que dele faz uso. No entanto, sem recuperar a grande área em que se insere a Concha, a restauração isolada perde um pouco de seu significado. Neste sentido, a proposta deste projeto de revitalização parece bastante apropriada e justificada, em um momento em que, de fato, parece ser o de fazê-lo.

A Vila Planalto

O surgimento e a história da Vila Planalto são testemunhos da própria história de Brasília e de sua construção e o bairro é atualmente tido como patrimônio do Distrito Federal. A Vila surgiu como um conjunto de acampamentos construídos ainda em fins dos anos 1950 pelas construtoras encarregadas da execução do projeto de Lucio Costa para Brasília.

Ainda em 1956 a instalação dos primeiros acampamentos se deu próxima aos terrenos do Palácio da Alvorada e do Brasília Palace. Dois anos mais tarde, as construções foram transferidas de modo a ficarem mais próximas do canteiro de obras da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes. À época da inauguração de Brasília, mais de vinte acampamentos de diversas empresas construtoras se somavam e ocupavam uma região bem maior do que aquela em que atualmente se localiza a Vila Planalto.

Do lado norte da Esplanada dos Ministérios e muito próximo à Praça, foram instalados desde o início das obras acampamentos das empreiteiras. Como ali residiam os engenheiros, e não apenas os operários, as casas foram ficando- o lugar era agradável, as casas de madeira escondidas pelo arvoredo - e a Vila Planalto-sobreviveu. Esse assentamento de mais de 25 anos transformou-se numa espécie de testemunho da fase inicial da construção de Brasília.

A legitimação de uso residencial unifamiliar naquele ponto torna a área circunvizinha extremamente vulnerável a pressões no sentido da expansão do loteamento, o que viria a comprometer de maneira desastrosa o percurso entre a cidade e o Palácio da Alvorada.

(COSTA, 1985).

Tratava-se de casas provisórias, todas em madeira, destinadas aos trabalhadores da construção civil, fossem eles peões de obra ou arquitetos e engenheiros. A infraestrutura era garantida pelas empresas e, portanto, havia mercados locais, farmácias, escolas, clubes, cinema e bancos, mas segundo Coelho (2008), “uma forte heterogeneidade social era presente na Vila Planalto e o espaço era diferenciado segundo a classe social, a profissão e o estado civil”.

Esta heterogeneidade social das populações pioneiras levou à também grande variedade de lotes, casas, quarteirões e espaços públicos existentes atualmente e distribuídos entre uma população predominantemente de baixa renda se comparada a outras localidades do Plano Piloto.

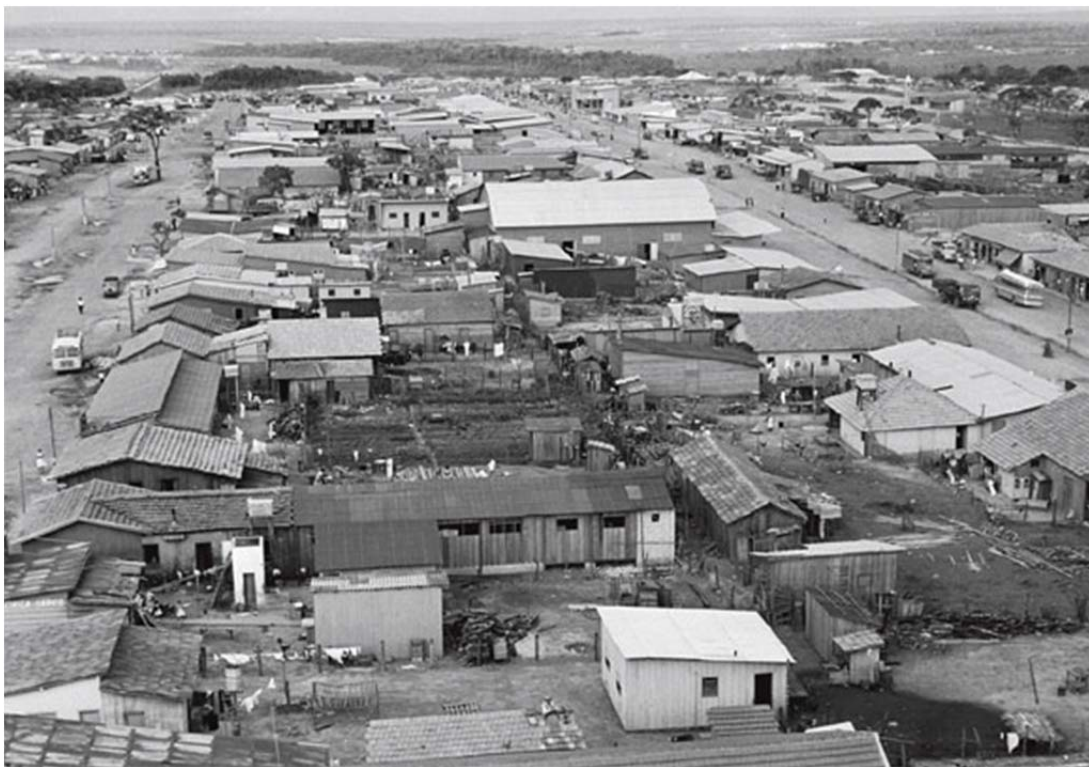


Figura 11: Vista aérea dos acampamentos que atualmente originaram a Vila Planalto.
Fonte: Arquivo Público



Figura 12: Vila Planalto e a Esplanada dos Ministérios ao fundo. Fonte: Arquivo Público



Figura 13: Vila Planalto: mapa de usos. Fonte: própria.

Situado a poucos quilômetros da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios o bairro tinha para Lucio Costa caráter estritamente provisório e sua manutenção “interferiria de forma não apenas inadequada, mas desastrosa com a escala monumental tão próxima” e atitudes deveriam ser tomadas para “barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais em direção ao Palácio da Alvorada” (COSTA, 1987 in: HOLANDA, 2010).

Era também de interesse das companhias construtoras manter o caráter temporário dos acampamentos, uma vez que elas mesmas trataram de desprover a região das infraestruturas tão logo as obras da nova capital foram concluídas. Assim, a Vila Planalto “foi progressivamente se transformando em uma espécie de *no man’s land* (...) em que o caráter instrumentalmente provisório, numa fase em que ela fazia parte de um “grande projeto”, fez com que fosse considerada cada vez mais ilegal, uma vez inaugurada a nova capital.” (COELHO, 2008).

Mantida na situação de clandestinidade e de abandono político por mais de trinta anos, a Vila Planalto foi legalizada e reconhecida como patrimônio pelo Governo do Distrito Federal em 1988. Trata-se, portanto, de um espaço que não estava previsto no projeto original de Brasília, mas cuja história e representatividade tiveram força suficiente para representar um “contraponto utópico ao mito de igualdade expresso por Lucio Costa para as superquadras” (HOLANDA, 2010).

Apesar do tombamento, grande parte da originalidade da Vila Planalto foi perdida devido à proliferação de casas de alvenaria em detrimento das originais em madeira e do desaparecimento dos equipamentos comunitários, a exemplo do incêndio que destruiu a Igreja Nossa Senhora de Pompéia, uma das primeiras de Brasília. Devido à falta de alternativas de moradia na Península Central, a especulação imobiliária tomou conta da região e, conseqüentemente, tornou-se crescente o número de edifícios residenciais multifamiliares no bairro e a ocupação ilegal de espaços vazios.

Devido à proximidade com a Esplanada dos Ministérios e à crescente ocupação da Península Central, a Vila Planalto apresenta grande potencial de crescimento e de valorização. Graças à diversidade social dos cerca de 14mil habitantes, a Vila apresenta grupos culturais, artistas e artesãos locais, além de diversos restaurantes com culinária variada. A partir da identificação destas potencialidades, o Governo desenvolveu em 2011 o *Projeto Vila Planalto – Gastronomia e Cultura*, cuja intenção é estruturar, fortalecer e consolidar o bairro como um Pólo Cultural, tornando-o uma referência para o turismo no Distrito Federal.

O Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto e o Parque Urbano do Cerrado

Nos documentos Brasília 1967-1985 e Brasília Revisitada, Lúcio Costa demonstrou preocupação com a situação do crescimento e expansão desordenados da Vila Planalto e propôs alternativas de habitação com as “Superquadras Planalto”, a fim de evitar a verticalização das construções no bairro e de garantir a proteção paisagística das visuais do Palácio a partir da Praça dos Três Poderes. Além disso, sugeriu a criação do Parque do Cerrado na área entre o Palácio da Alvorada, a Vila Planalto e a Lagoa do Jaburu, em que o acesso ao Lago Paranoá e à Lagoa do Jaburu se daria livre.

Em 1988, com o tombamento da Vila Planalto, foram estabelecidos critérios para preservação das características de mimetização da Vila na paisagem, por meio da manutenção de sua vegetação e da criação de *área de tutela non-aedificandi* com preservação da cobertura vegetal do cerrado nativo, em uma área total de 123 hectares de extensão (mapa anexo 1). Com o Projeto Orla, em 1995, surgiu a primeira menção à criação do Parque do Cerrado no Polo 4, que incluiria trilhas e o Museu do Cerrado desde as proximidades da Lagoa do Jaburu até a Concha Acústica.

Apenas em 2003, no entanto, foi criado o *Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto* por meio de um decreto do Governo do Distrito Federal, que tinha como objetivos “conservar áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica; promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécies nativas ou exóticas; estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza”. No parque, seriam “vetados quaisquer atividade ou empreendimento, públicos ou privados, que comprometam as características naturais da área ou que coloquem em risco a integridade dos ecossistemas e da biota local”.

A falta de investimentos na área do parque e de fiscalização na Vila Planalto em geral levaram à criação de áreas ociosas, vazios urbanos sem destinação de uso, que estimularam a ocupação irregular e o parcelamento ilegal de terras pertencentes ao Parque de Usos Múltiplos. Estabeleceu-se, desta maneira, o setor de chácaras da Vila Planalto, conhecido como Recanto do Jaburu, onde existem atualmente cerca de 120 chácaras com construções precárias em madeira e desprovidas de infra-estrutura. Alguns documentos como o Plano de Ação para a Vila Planalto, de 2008, estabeleceram diretrizes para preservar a integridade do bairro tombado e para estimular as atividades do Parque de Usos Múltiplos da Vila, com a proposta de retirada das invasões e de recuperação da área de tutela por meio de rearborização.

A intervenção na área do parque é, então, importante para garantir a preservação não apenas da área de cerrado nativo deteriorada na área antropizada, como também para evitar a ocupação irregular da área, preservando seu caráter paisagístico.

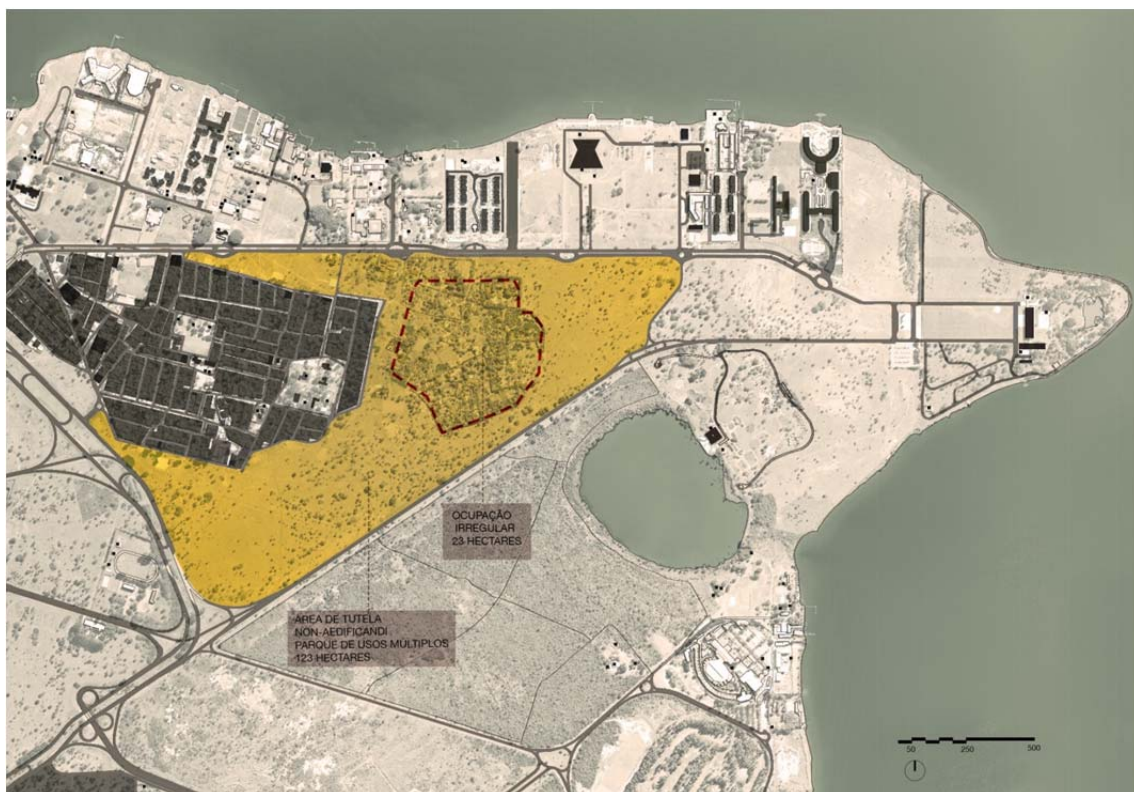


Figura 14: Área do Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto e marcação da área de invasões.

Península Central: condicionantes

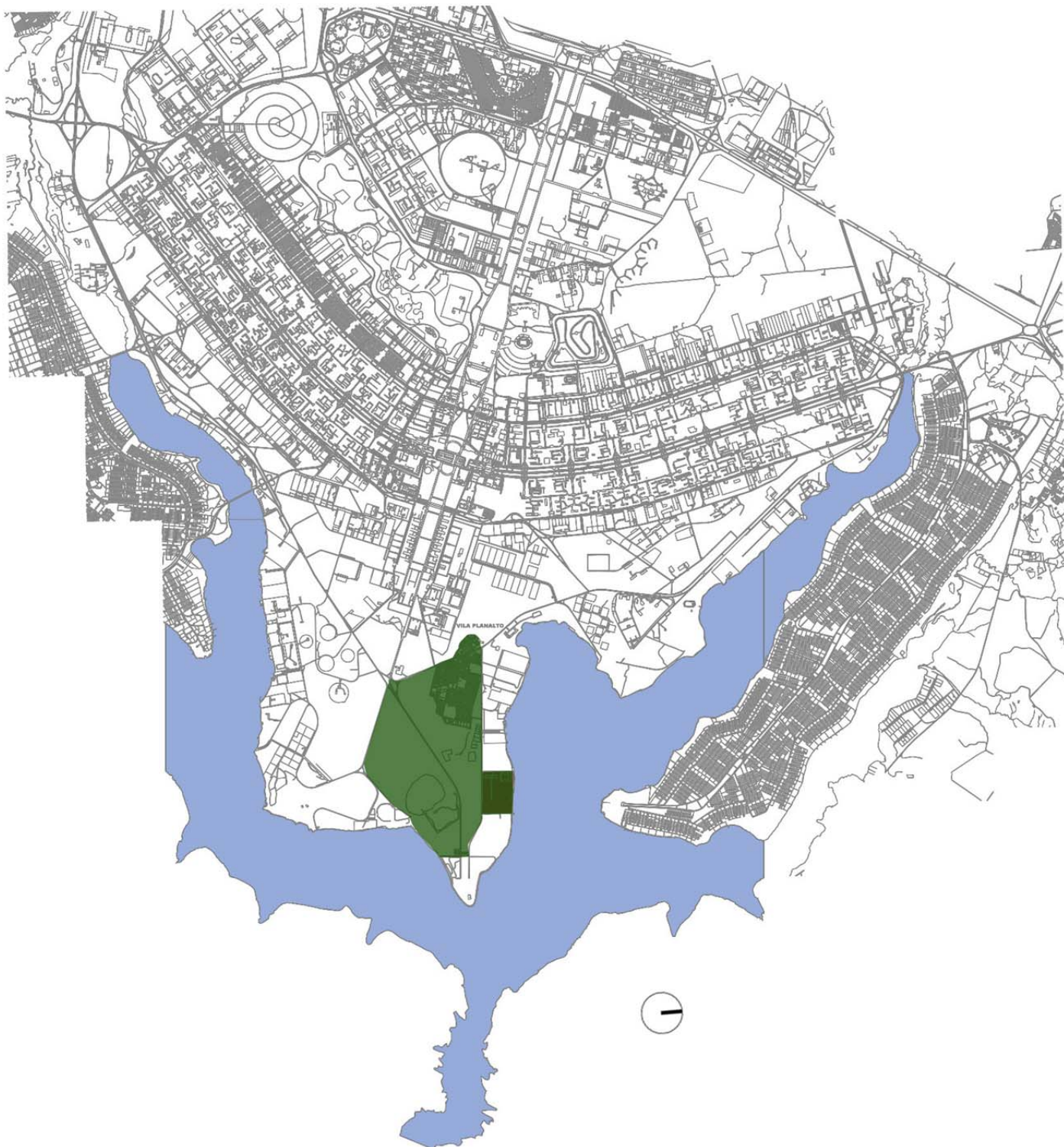


Figura 15: Península Central e o Plano Piloto.

Contexto urbano e acessibilidade

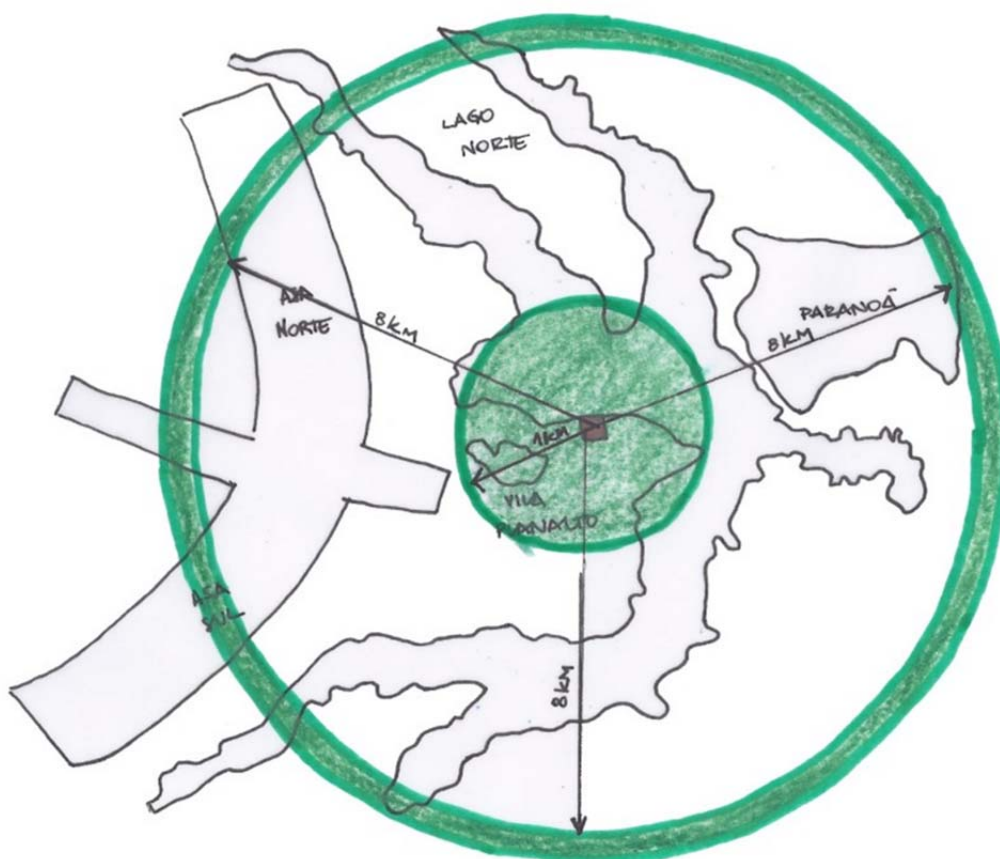


Figura 16: Distâncias do terreno em relação ao Distrito Federal.

A Península Central localiza-se no Setor de Hotéis de Turismo Norte (SHTN) e tem conexão direta com a Esplanada dos Ministérios e Asas Norte e Sul por meio do Eixo Monumental e da Avenida L4 Norte e Avenida das Nações, as duas principais vias de acesso. É delimitada a oeste pela Via L4 Norte, a norte pela Estrada Hotéis de Turismo e a Sul pela Estrada Palácio Presidencial (mapa anexo 2).

A via coletora que dá acesso aos lotes tem boa qualidade, apesar de não dispor de ciclovias, calçadas ou canteiro central com sombreamento. O acesso é difícil quando a opção não é o veículo particular. Embora haja circulação de ônibus, há poucas paradas distribuídas pelo percurso. Para aprimorar o acesso, seria necessário solicitar alteração das rotas de ônibus ou disponibilizar sistemas de transporte circular.

A ausência de ciclovias na via coletora que interliga o acesso à Concha à avenida L4 Norte inibe o uso da bicicleta como meio de transporte. Mesmo assim, durante o fim de semana é observado intenso trânsito de ciclistas que, no entanto, competem com o carro por espaço nas pistas.



Figura 17: Perfil viário da Estrada Hotéis de Turismo.

Outra opção de acesso que depende de ações de políticas públicas e definições governamentais, mas que pode ser deixada como sugestão no escopo deste trabalho, é o deslocamento lacustre entre pontos bastante desconectados da orla, tais como o Lago Norte e a Península do Lago. Sugere-se, então, a inclusão de píer para recebimento futuro de embarcações de transporte público via Lago Paranoá (ver pontilhados em azul na figura 11).



Figura 18: Mapa de vias e rotas de acesso

Na Península Central se localizam a Vila Planalto (1), a Reserva Nacional, lagoa do Jaburu e Palácio do Jaburu (2), o Palácio da Alvorada (3), os hotéis Brasília Palace e Alvorada (4), o Museu de Arte de Brasília (5), a Concha Acústica (6) além de condomínios residenciais privados tais como o Residencial Ilhas do Lago, Lake Side, Life e clubes e espaços de festas.



Figura 19: Setorização da Península Central.

Infra-estrutura

Grande parte das redes de infraestrutura é precária quando não ausente em toda a Península Central. O desenho urbano da região, principalmente na área non-aedificandi de tutela, propicia espaços livres de uso público intersticiais, sem qualificação e sujeito a invasões. Faltam neste setor a apropriação de alguns lotes vazios, calçadas, ciclovias, iluminação urbana, lixeiras, telefones públicos, sinalização e arborização.

O terreno da Concha Acústica é atualmente usado para lazer, realização de atividades físicas tais como corridas e passeios de bicicleta, utilização do lago para banho e realização de churrascos, piqueniques e encontros familiares. Já o terreno do Parque

de Usos Múltiplos da Vila Planalto tem boa parte de sua área comprometida pelas invasões, por zonas de entulho e de desmatamento, e tem sua atividade principal comprometida.

Desta maneira, faltam equipamentos básicos para parques tais como percursos sombreados destinados a bicicleta e a cooper e caminhadas, lixeiras, iluminação, bancos e mesas fixas, arborização e elementos de arte urbana, equipamentos de apoio às atividades do parque, dentre outros.

Tipologias arquitetônicas

As intervenções arquitetônicas devem levar em consideração as tipologias arquitetônicas observadas na península e apresentar uma linguagem que se conjugue com a linguagem dos palácios da Alvorada, do Jaburu, do Museu de Artes de Brasília e que considere o potencial histórico das casas de madeira da Vila Planalto.

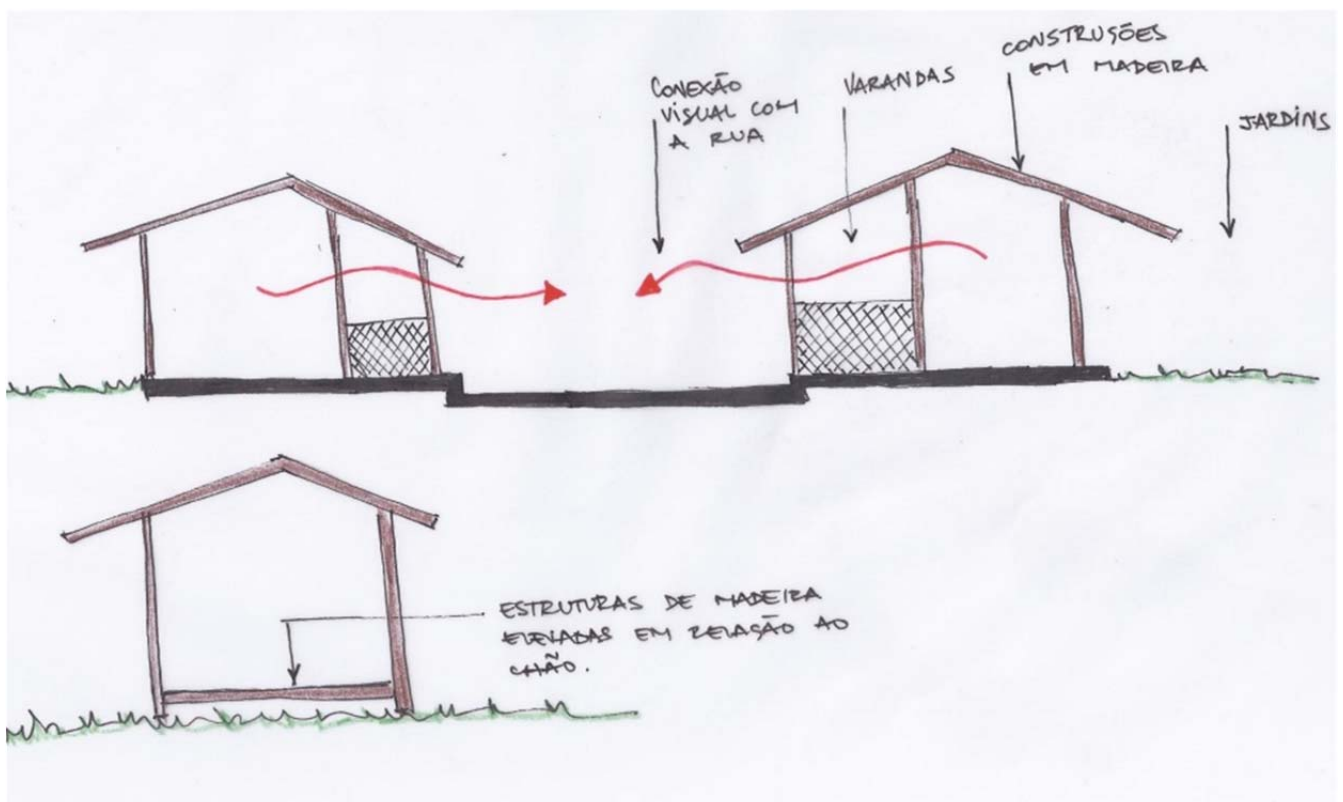


Figura 20: Tipologia arquitetônica das casas originais da Vila Planalto

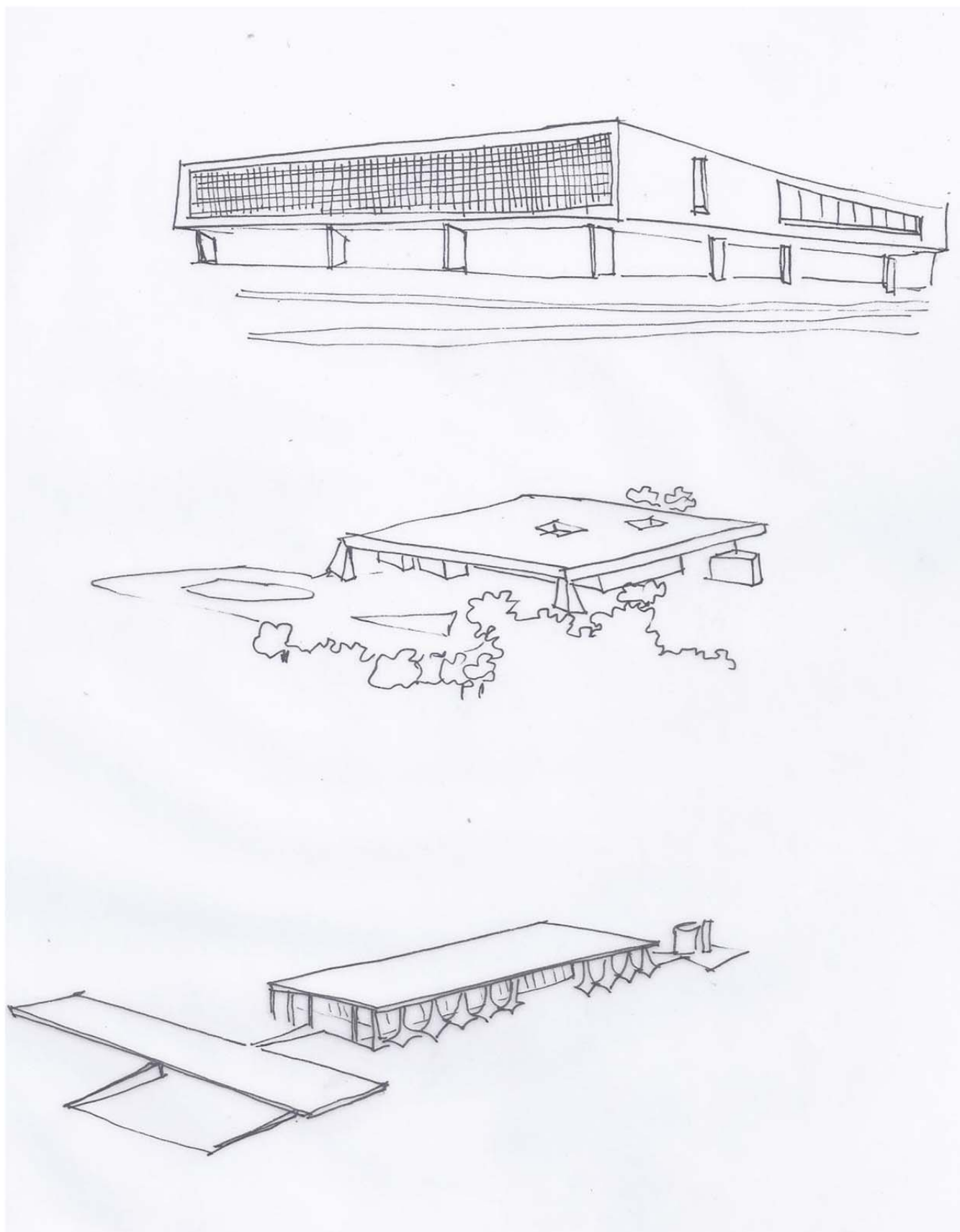


Figura 21: Tipologias construtivas dos edifícios emblemáticos da Península Central: o Museu de Artes de Brasília, o Palácio do Jaburu e o Palácio da Alvorada.

Legislação

A principal normativa que regulamenta a revitalização na Península Central é o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico (PPCUB) de 2012, que estabelece diretrizes gerais que devem ser seguidas de modo a preservar os princípios urbanísticos de Brasília. No tocante à Área de Preservação 7 (AP7), em que se insere a orla do Lago em particular, devem-se seguir as seguintes diretrizes:

- Preservação do caráter bucólico predominante na orla do Lago Paranoá;
- Manutenção de baixa intensidade de ocupação do solo e gabarito uniforme nos Setores de Clubes Esportivos Sul e Norte;
- Arborização das extensas áreas livres públicas e privadas e das áreas de preservação;
- Preservação e recuperação das áreas de interesse ambiental localizadas na orla do lago e nas demais áreas desta AP;
- Implantação do Parque da Vila Planalto;
- Qualificação dos espaços livres públicos de franco acesso à orla do lago;
- Ordenamento urbanístico, paisagístico e preservação de exemplares de valor patrimonial das áreas habitacionais representativas da época da construção da capital, localizadas na orla do lago – a Vila Planalto e a Telebrasilândia;
- Realização de ações para aproveitamento e otimização sustentável do potencial turístico e econômico dos setores destinados a hotéis de turismo na orla do Lago Paranoá, de forma a possibilitar a instalação de serviços de hotelaria e outras atividades complementares aos usos institucionais de lazer, esporte, cultura, diversão e turismo, compatíveis com os fundamentos da escala bucólica na orla.

A portaria 314/92 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) também determina alguns critérios que devem ser considerados para o projeto:

Art. 8º A escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagísticas e ao lazer, será preservada observando-se as disposições dos artigos subseqüentes.

Art. 9º São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Portaria que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista a expansão predominantemente residencial em Brasília Revisitada, que constituem os anexos I e II desta Portaria;

§ 1º Nas áreas referidas no caput deste artigo, onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosque, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes;

§ 2º Nas áreas non-aedificandi poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que, apreciados pelo CAUMA, sejam submetidos à consideração do IBPC;

§ 3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília - arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer - como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (Lei nº 3.751/60) e no Decreto nº 10.829/87 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade.

Art. 10 Será mantido o acesso público à orla do lago em todo seu perímetro, à exceção dos terrenos, inscritos em Cartório de Registro de Imóveis com acesso privativo à água.

Finalmente, em se tratando do projeto arquitetônico propriamente dito, a proposta deve atender à norma NGB 82/96 vigente para o Setor de Hotéis e Turismo Norte – Projeto Orla Trecho 01 Lote 22, que garante ao espaço “uso institucional ou comunitário, com atividades de cultura e educação (ensino não seriado)”, com previsão permitida para os seguintes usos:

Comercial, com atividades de prestação de serviços: bares, restaurantes ou congêneres / centro comercial, institucional ou comunitário, com atividades de lazer / diversão: boate, danceteria, discoteca, casa de espetáculo, cinema e teatro / comercial, com atividade de comércio de bens: consumo eventual: charutaria / tabacaria / livraria / papelaria / loja de conveniência.

Quanto aos aspectos técnicos, a NGB 82/96 especifica:

Taxa de Ocupação - 100% ou 172.000m²;

Taxa de Construção - 200%(duzentos por cento);

Número Máximo De Pavimentos - 2 pavimentos;

Térreo - As áreas fechadas localizadas no pilotis, não poderão ultrapassar 50% da área do mesmo;

Subsolo - Ocupação máxima de 100% da área do lote

Altura Máxima da Edificação - 9m a partir da cota de soleira, excluídos caixas d'água e casas de máquinas;

Tratamento das Divisas - Não poderá ocorrer o cercamento do lote por grade, alambrado, cerca viva, muro ou similar.

Topografia e condicionantes climáticas

O terreno apresenta declividades suaves em queda na direção do lago, mas deve-se evitar a obstrução da paisagem pela constituição de grandes massas edificadas.

A área recebe insolação intensa em praticamente todos os dias do ano, de acordo com o clima tropical de altitude que define Brasília. Isto se dá porque não existem edifícios de grande altura que exerçam sombra ou proteção às áreas e os edifícios residenciais localizados em torno do terreno não exercem impacto ambiental em relação a ele. Assim, a grande maioria dos espaços é bastante exposta ao sol e ao calor intensos, principalmente entre os períodos de 10h às 16h.

Nas áreas antropizadas e em zonas com grandes zonas destinadas a estacionamentos há bastante área exposta e impermeabilizada, o que garante ao espaço certo caráter árido e desagradável. Na área da Concha Acústica, a inclusão de calçadas em cimento à beira do lago reforça este caráter, já que não houve preocupação com sombreamento.

Apesar da insolação forte, os ventos e as brisas provenientes do lago são agradáveis durante a maior parte do ano e refrescam aqueles que aproveitam da orla. Os ventos predominantes vêm do leste durante a maioria do ano, levemente bloqueados por construções esparsas. Durante o verão, os ventos úmidos decorrentes das chuvas são majoritariamente provenientes do noroeste (mapa anexo 3)

O principal elemento provedor de sombras deve ser a arborização e não a inclusão de edifícios ou marquises. A intenção é de intensificar a primeira porção do lote com a inclusão de novas espécies vegetais características do cerrado, de médio e grande porte, criando percursos e caminhos sombreados, que, no entanto, não agredam a paisagem por detrás e a visibilidade da Concha Acústica. Na orla, deve-se considerar a inclusão de elementos que favoreçam o sombreamento dos calçados e diminuam o reflexo solar e incômodo visual.

Vegetação

A vegetação apresenta graus variados de densidade e porte nas diversas zonas que constituem a área em estudo: na Reserva do Jaburu está presente área de Cerrado como mata fechada, com vegetação de grande porte, muito adensada; na área do Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto, existem manchas de ocupação que constituem áreas antropizadas, zonas de solo exposto ou áreas de pasto para regeneração do cerrado; por fim, no terreno da concha acústica a área é bastante árida, com presença de poucas massas de vegetação nativa do cerrado, talvez esparsa devido à abertura de grandes áreas para estacionamentos (mapa anexo 4).



Figura 22: Áreas de vegetações no Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto

Parque Urbano do Cerrado: Zoneamento

O zoneamento da área correspondente ao Parque do Cerrado seguiu o Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília, e foram definidas as seguintes áreas de acordo com as características de porte e densidade de vegetação e tipo de uso e ocupação: Zona Primitiva, Zona de Segurança, Zona de Uso Intensivo, Zona de Uso Especial e Zona de Recuperação (mapa anexo 6).

Zona Primitiva

- o O que é – zona onde ocorre pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Tem a função de preservar as áreas de cerrado e de amortizar as pressões antrópicas.
- o **Onde – Reserva do Jaburu e Lagoa do Jaburu.**
- o O que inclui – pesquisa, monitoramento, eventual educação ambiental e contemplação.
- o **Projeto – trilhas de caráter contemplativo em passarelas elevadas, que permitam conexão direta entre partes da orla do lago.**

Zona de Uso Intensivo

- o O que é – zona constituída por áreas alteradas pelo homem objetivo geral é o de facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o meio ambiente.
- o **Onde – parcela do parque de usos múltiplos e do terreno da Concha Acústica.**
- o O que inclui – áreas e infra-estrutura próprias para recreação e atividades de lazer, interpretação e educação ambiental, de modo a não causar danos aos ambientes.
- o **Projeto – quadras esportivas, pontos de encontro comunitário (PEC's), parquinhos infantis, construções modulares de apoio, centro cultural da concha acústica.**

Zona de Uso Especial

- o O que é – zona constituída de atividades que dêem suporte ao funcionamento do parque, em que se incluem, dentre outras, áreas para habitação.
- o **Onde – novo setor habitacional na Vila Planalto, para relocar as populações removidas das chácaras da Vila Planalto**
- o **Projeto – loteamentos de 300m² com áreas para jardim interno, com vistas à relocação de populações desapropriadas.**

Zona de Recuperação

- o O que é – zona que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem, em que as espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada.
- o **Onde – setor de chácaras da Vila Planalto**
- o O que inclui – construções para pesquisa e educação ambiental e agrícola, abertura de trilhas que auxiliem nas atividades de pesquisa, semeio e plantio de novas espécies para possibilitar regeneração, manutenção de espécies vegetais que estão no local.
- o **Projeto – manutenção das espécies vegetais que estão no local, retirada de espécies nocivas (fícus) nas partes periféricas, inserção de novas espécies e criação de hortas, pomares e áreas cultiváveis, clusão de trilhas pelo interior da zona, inclusão de escola agrícola e espaço do produtor.**



Figura 23: Zoneamento do Parque do Cerrado

Diretrizes Projetuais

Sociais

- Desapropriar os lotes irregulares localizados na área do Parque;
- Inserir novos lotes (232 lotes) na porção inferior da Vila Planalto, em terreno dotado de infraestruturas viária, de água e esgoto para receber a população relocada;
- Manter a antiga área de chácaras como zona de regeneração, com o plantio de pomares, hortas e campos pastáveis com vegetação típica do cerrado (pequizeiro, abacateiro, mangueira, etc);
- Estimular a agricultura urbana e manter a tradição de produção e venda no local por meio da inserção de Escola agrícola e Feira Comunitária em áreas contíguas às chácaras;
- Criar áreas de lazer esportivo, infantil e pontos de encontro comunitário (PEC'S) nas bordas do parque, garantindo visibilidade desde as vias;
- Criar áreas livres para piqueniques e churrascos nas clareiras;
- Permitir a circulação de pedestres e ciclistas pelos caminhos internos do parque;
- Propor para o terreno da Concha Acústica estrutura arquitetônica que congregue atividades de caráter educativo e cultural tais como cinema, auditórios, salas de dança, música, artes e teatro, cafés e restaurantes, lojas de artesanato, galerias e livrarias que garantam uso e integração entre a Concha e o Museu de Arte de Brasília (MAB) (Ver figura 28).

Ambientais

- Manter a intervenção em caráter paisagístico de modo a garantir a regeneração do cerrado na área antropizada;
- Adensar com vegetação de médio e grande porte os pontos de concentração de árvores nativas, de modo a criar bosques em algumas zonas do parque;
- Incluir clareiras para atividades de piquenique e churrasco em áreas em que a vegetação nativa é escassa;
- Criar cinturões verdes em volta do perímetro da Vila Planalto com calçadões e ciclovias, de modo a conter futuras invasões (ver figura 24);

- Garantir a preservação da Reserva do Jaburu, mas permitir acesso restrito por meio de trilhas em passarelas sobrelevadas no perímetro da Lagoa do Jaburu, explorando a criação de mirantes e observatórios;
- Criar boulevares arborizados nas principais vias que dão acesso ao Palácio da Alvorada – Estrada Hotéis e Turismo e Estrada Palácio Presidencial – com a inclusão de ciclovias, calçadas e faixas de pedestres (Ver figuras 25, 26 e 27).

Espaciais / paisagem

- Manter a mesma linguagem construtiva em todos os elementos construídos no parque;
- Marcar acessos ao parque por meio de blocos de recepção/administração/apoio que conduzam aos percursos dos pedestres e às áreas de estacionamentos;
- Propor construções modulares em pontos estratégicos do parque, que sirvam como apoio para atividades desenvolvidas em cada região (térreo) e como mirantes (primeiro pavimento);
- Criar hierarquia entre percursos com propostas de trilhas, percursos de mata fechada e de clareiras;
- Garantir percurso que conecte uma ponta à outra da orla, passando pela lagoa do Jaburu;
- Criar estruturas que garantam melhor utilização da Concha Acústica e do Museu de Arte de Brasília, com a incorporação de áreas destinadas às artes, à cultura e à educação como forma de regeneração urbana e social;
- No terreno da Concha Acústica criar edifícios-passarelas que permitam utilização térrea e aérea sob a forma de mirantes para a paisagem.

Propostas

Vegetação proposta

- Criação de bosques em áreas adensadas
- Criação de clareiras em áreas sem muita presença de vegetação nativa

Vegetação existente

Perímetro verde do Parque Urbano do Cerrado

Sistema viário existente Delimitação espacial do parque

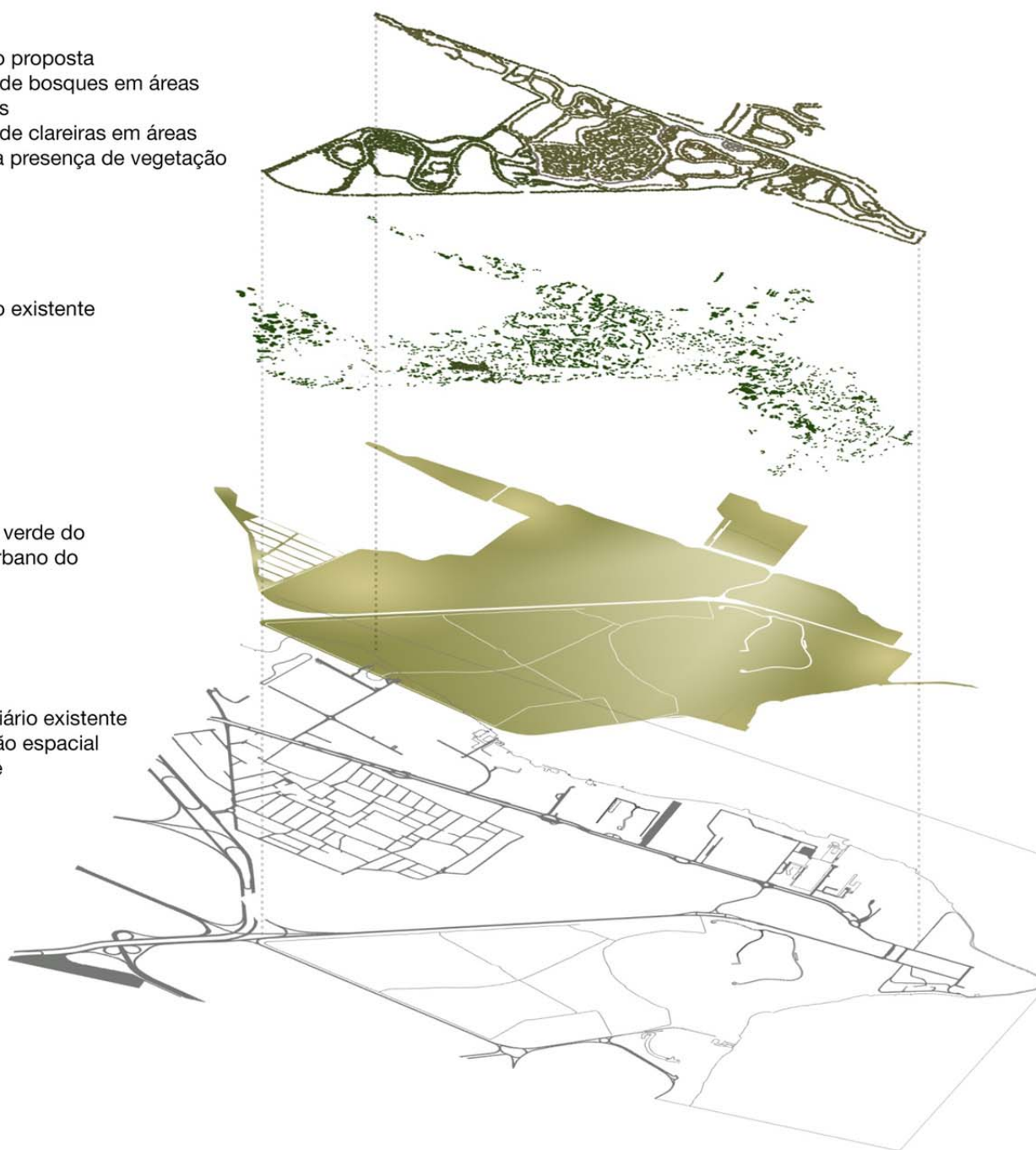


Figura 24: Proposta de cobertura vegetal para a área do parque.



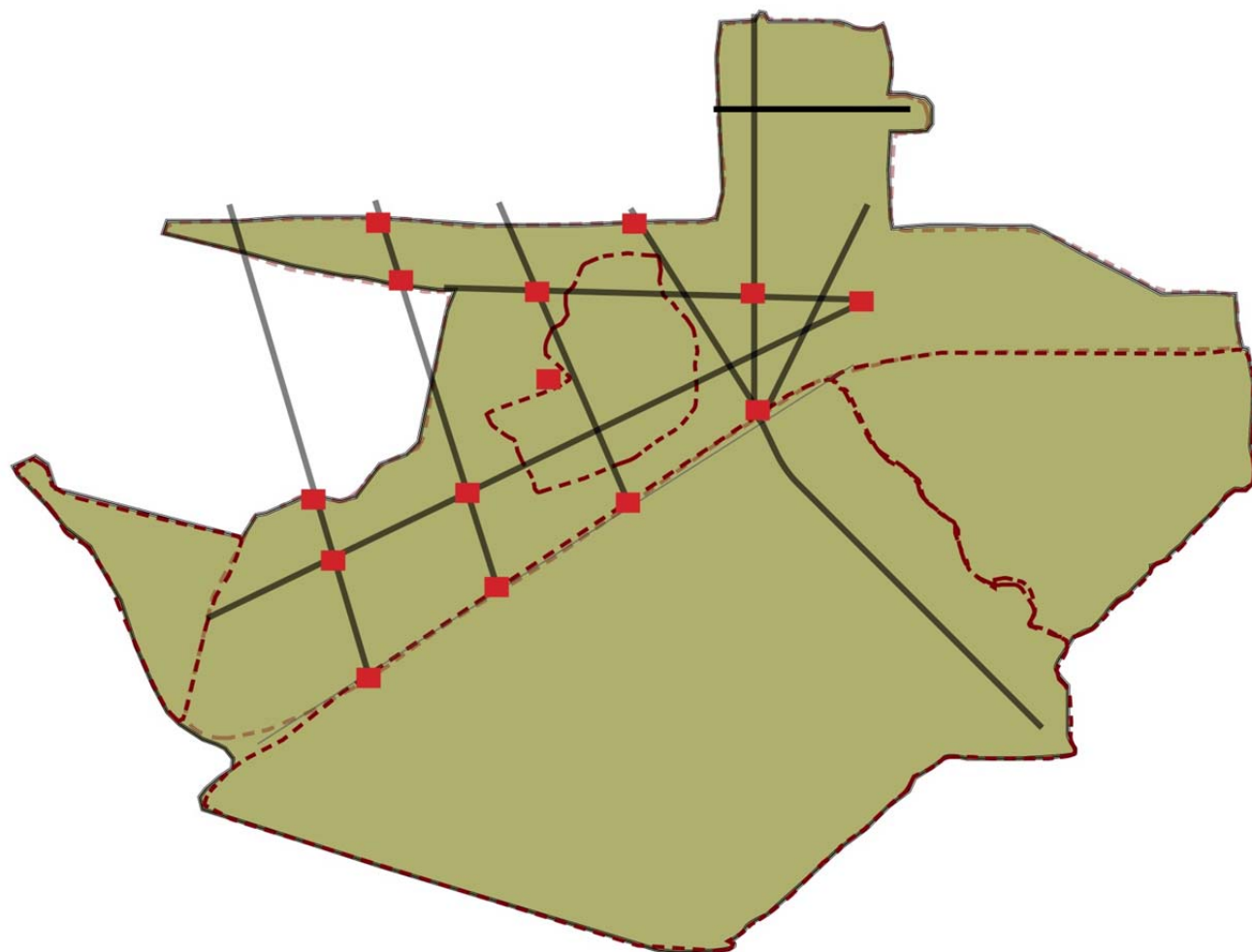
Figura 25: Proposta de alteração do perfil viário das vias Estrada Hotéis e Turismo e Palácio Presidencial, com a inclusão de canteiro central com arborização de grande porte e ciclovias sombreadas.



Figura 26: Boulevard que conecta a BCE à Reitoria na UnB.



Figura 27: Boulevard em Milão, Itália



- MÓDULOS DE APOIO
- TRAÇADO REGULADOR DO PARQUE
MARCAÇÃO DOS ACESSOS E PERCURSOS
PRINCIPAIS

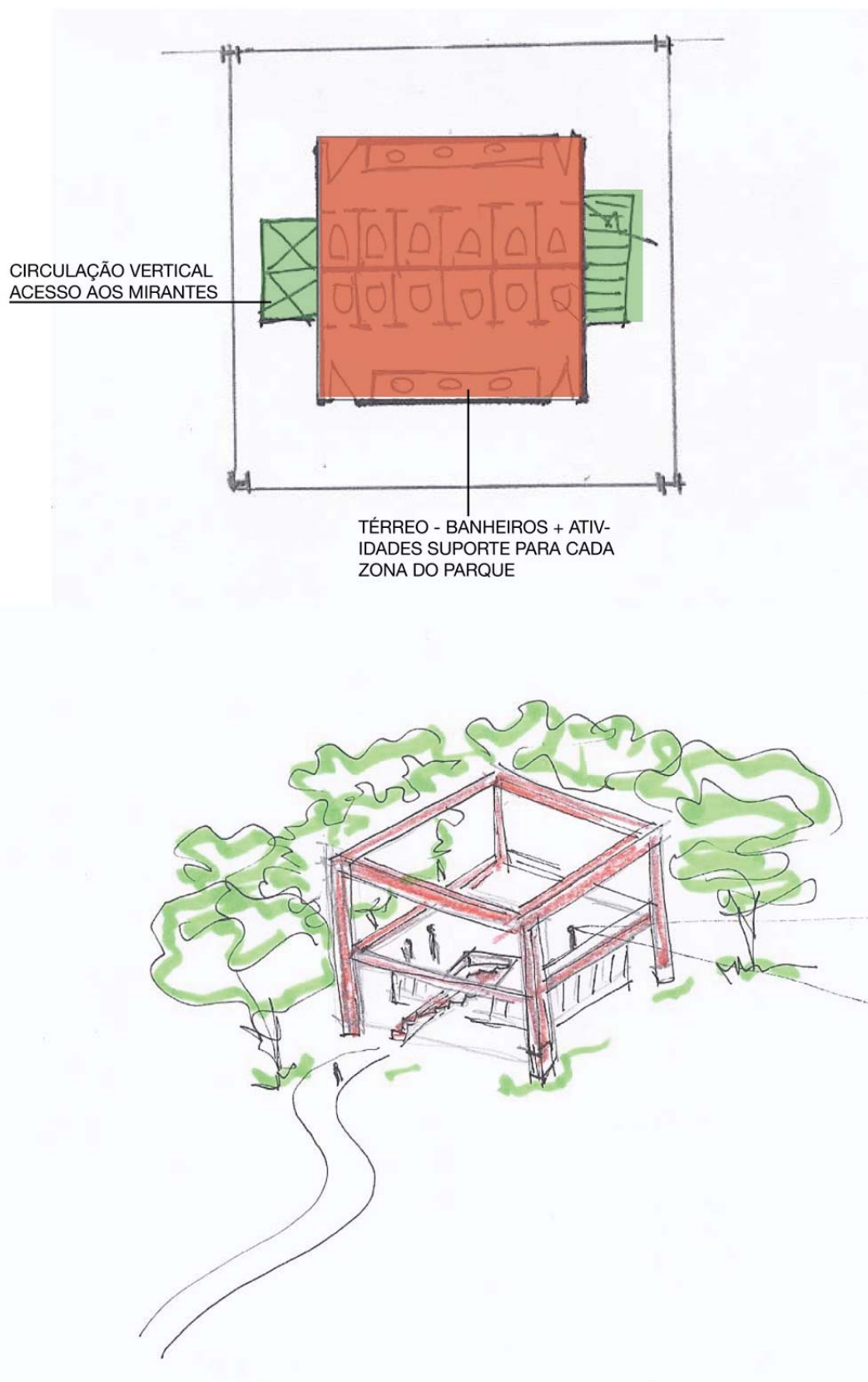


Figura 28: Proposta para os módulos de apoio às atividades do parque, a serem distribuídos em pontos estratégicos.



Figura 29: Referências para criação dos módulos - Parque da Liberdade (SP)

Estudos de caso

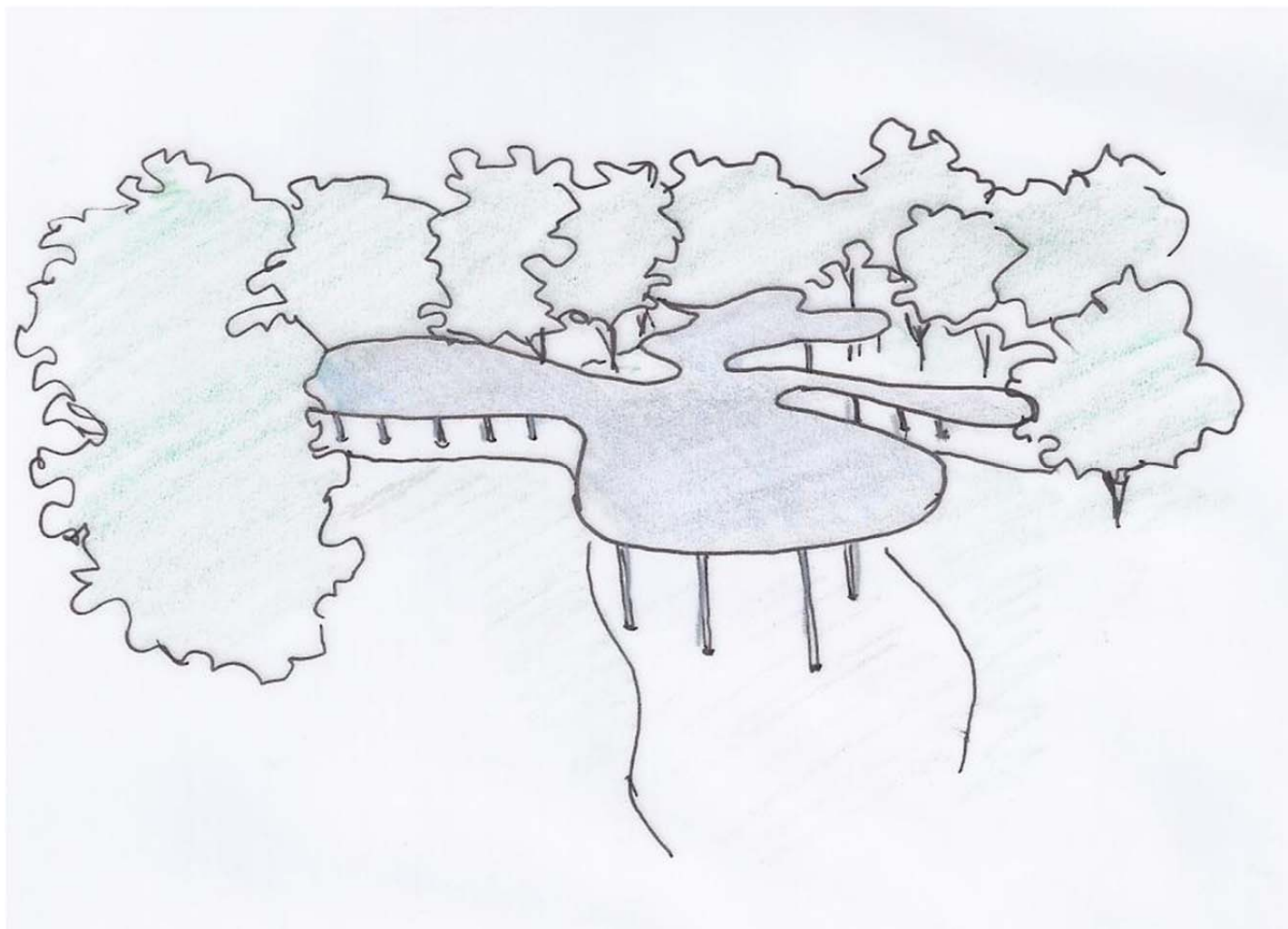


Figura 30: Referência para o edifício no terreno da Concha Acústica: elemento delicado, mimetizado à paisagem em que se insere.

Projeto: Serpentine Gallery Pavillion, SANAA

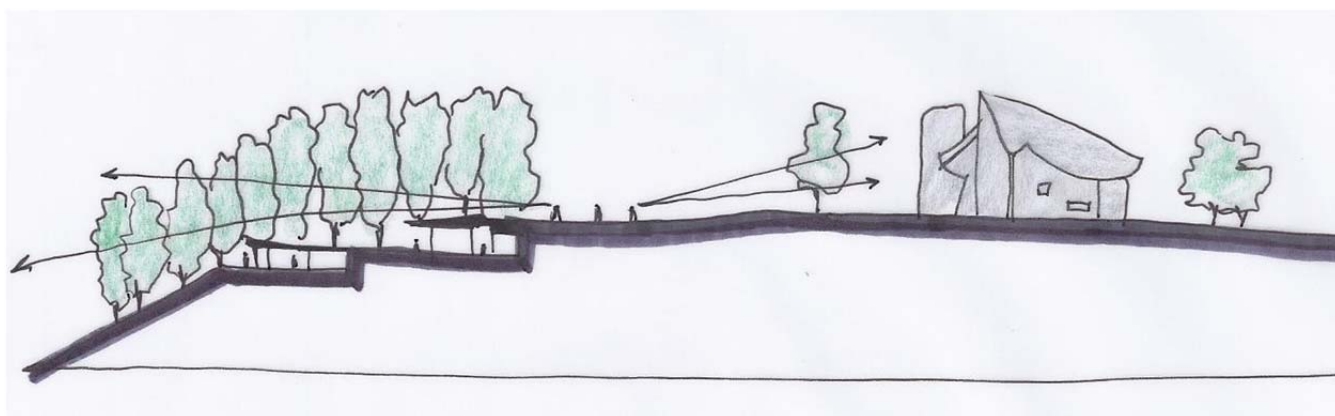
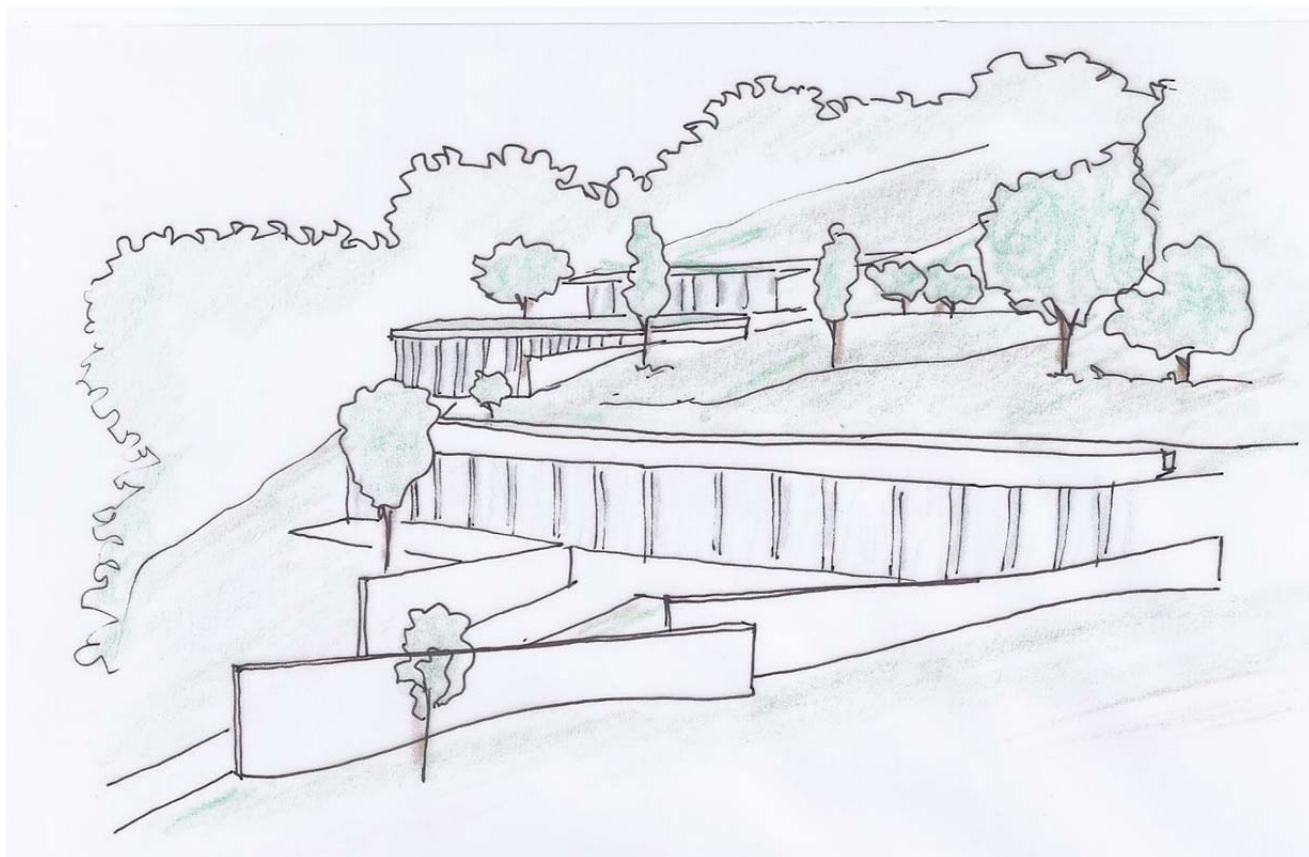


Figura 31: Referência para o edifício da Concha Acústica. Construções se integram à paisagem e mantêm a visibilidade do monumento sem competir com ele.
Projeto: Centro de visitantes em Ronchamp, Renzo Piano Building Workshop

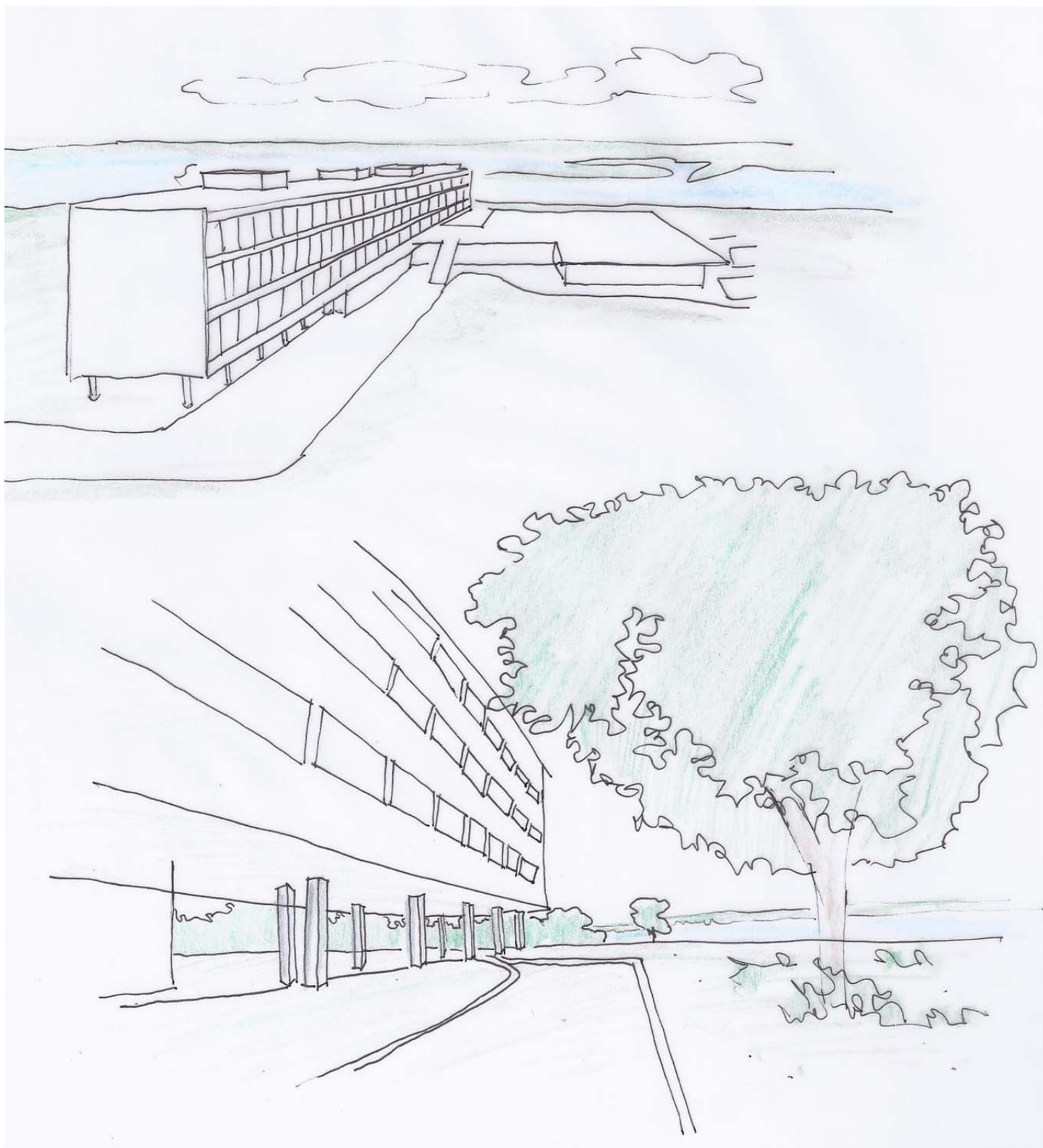


Figura 32: Referência de diálogo com a paisagem natural. Projeto: Brasília Palace Hotel, Oscar Niemeyer

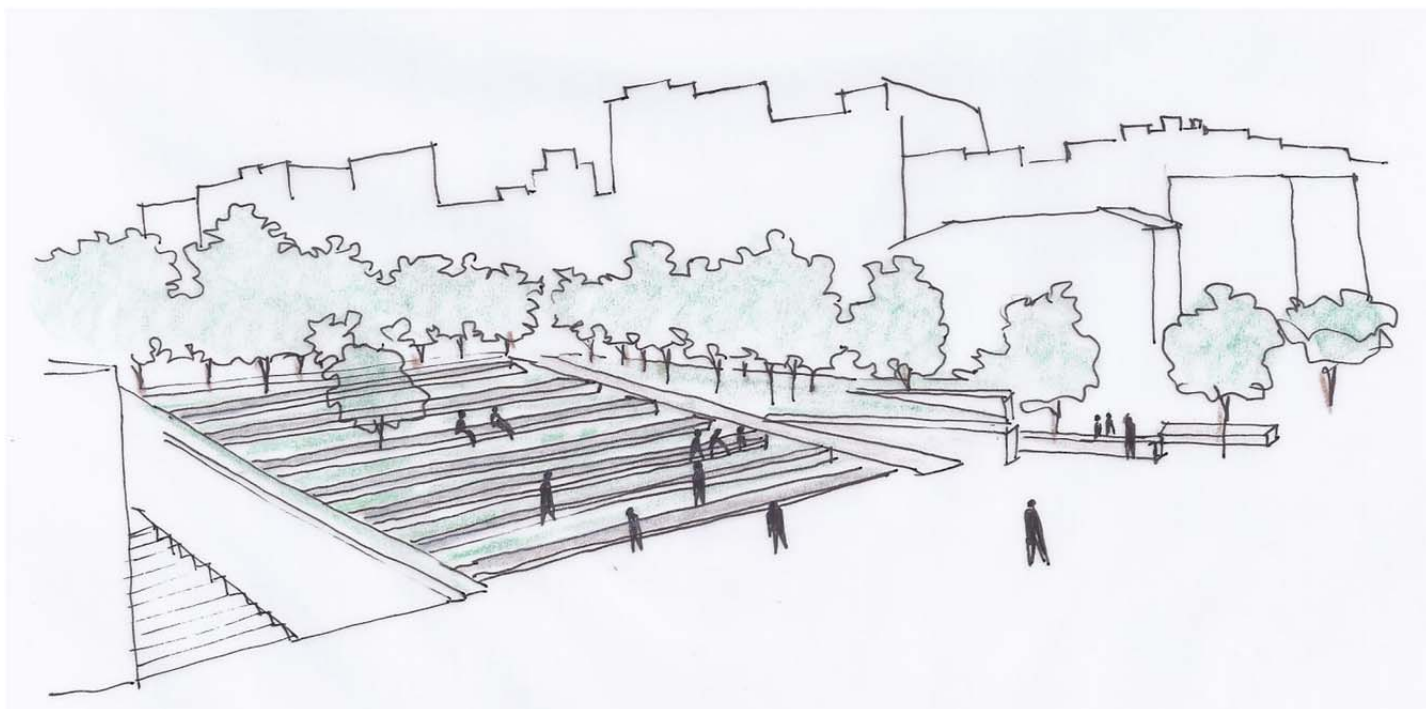


Figura 33: Referência para a proposta de criação de áreas para apresentações no perímetro do parque, aproveitando a topografia.
Projeto: Parc de la cour du Maroc, Michel Corajoud

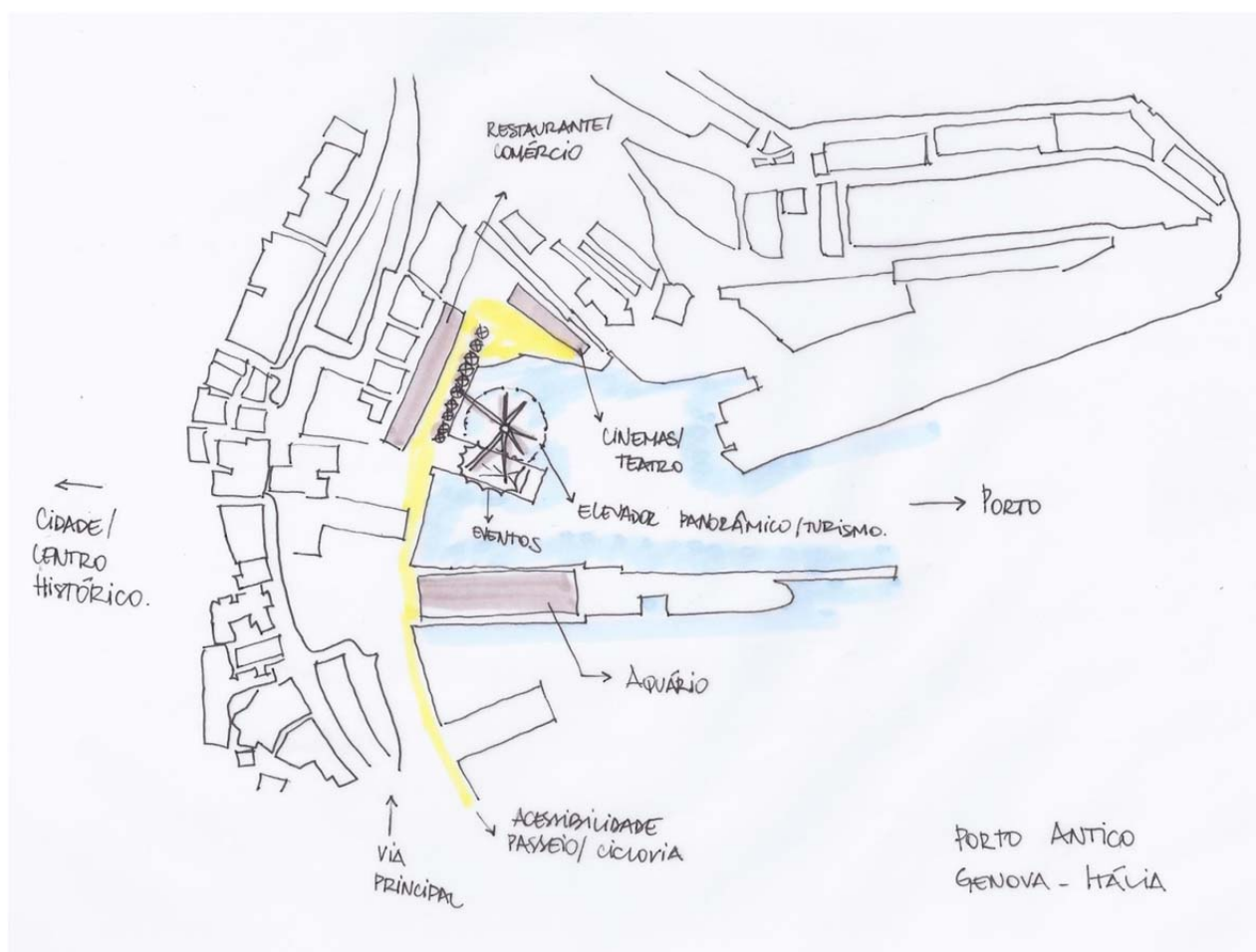


Figura 34: Proposta para revitalização da orla, a partir da valorização da área pela inserção de equipamentos artísticos, culturais que dêem vitalidade à área. Projeto: Revitalização do Porto Antico de Genova, Renzo Piano Building Workshop

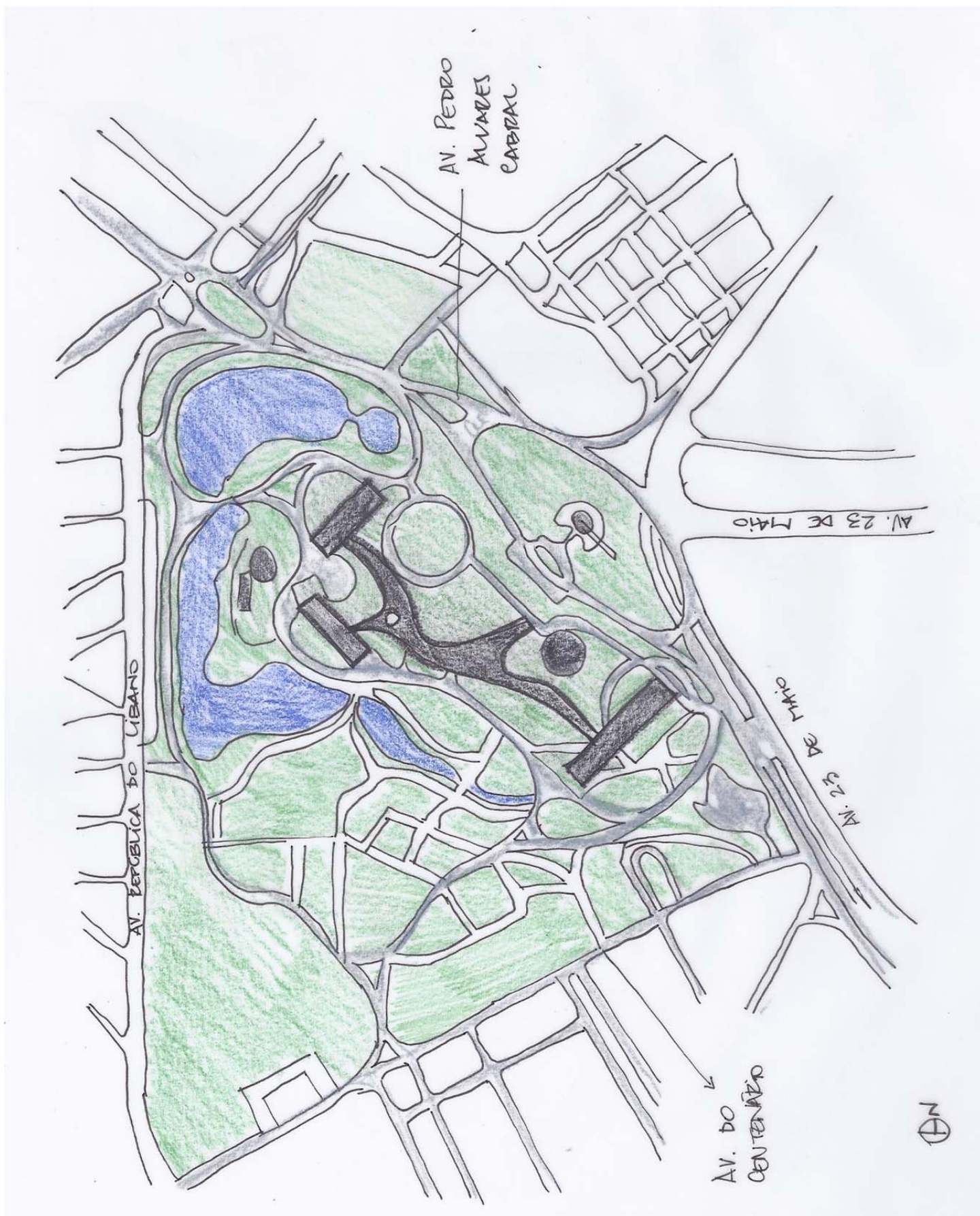


Figura 35: Referência de conexão entre as massas construídas e áreas verdes do parque. Projeto: Parque do Ibirapuera, Oscar Niemeyer

Quadro de imagens

Figura 1: Península Central 1965. Fonte: SEDHAB.....	11
Figura 2: Península Central 1975. Fonte: SEDHAB.....	11
Figura 3: Península Central 1986. Fonte: SEDHAB.....	12
Figura 4: Península Central 2009. Fonte: SEDHAB.....	12
Figura 5: Histórico de ocupação da orla na Península Central	14
Figura 6: Mapeamento dos Pólos propostos no Projeto Orla.	16
Figura 7: A península dos ministros.....	18
Figura 8: O Pontão do Lago Sul.....	18
Figura 9: A Concha Acústica. Fonte: Arquivo Público.....	20
Figura 10: Concha Acústica lotada durante a apresentação de coral de estudantes da Vila Planalto na década de 1970. Fonte: Arquivo Público.....	20
Figura 11: Vista aérea dos acampamentos que atualmente originaram a Vila Planalto. Fonte: Arquivo Público.....	23
Figura 12: Vila Planalto e a Esplanada dos Ministérios ao fundo. Fonte: Arquivo Público	23
Figura 13: Vila Planalto: mapa de usos. Fonte: própria.....	24
Figura 14: Área do Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto e marcação da área de invasões.	27
Figura 15: Península Central e o Plano Piloto.....	28
Figura 16: Distâncias do terreno em relação ao Distrito Federal.	29
Figura 17: Perfil viário da Estrada Hotéis de Turismo.	30
Figura 18: Mapa de vias e rotas de acesso.....	30
Figura 19: Setorização da Península Central.	31
Figura 20: Tipologia arquitetônica das casas originais da Vila Planalto	32
Figura 21: Tipologias construtivas dos edifícios emblemáticos da Península Central: o Museu de Artes de Brasília, o Palácio do Jaburu e o Palácio da Alvorada.....	33
Figura 22: Áreas de vegetações no Parque de Usos Múltiplos da Vila Planalto.....	37
Figura 23: Zoneamento do Parque do Cerrado.....	39
Figura 24: Proposta de cobertura vegetal para a área do parque.	42
Figura 25: Proposta de alteração do perfil viário das vias Estrada Hotéis e Turismo e Palácio Presidencial, com a inclusão de canteiro central com arborização de grande porte e ciclovias sombreadas.	43
Figura 26: Boulevard que conecta a BCE à Reitoria na UnB.	44
Figura 27: Boulevard em Milão, Itália.....	44
Figura 28: Proposta para os módulos de apoio às atividades do parque, a serem distribuídos em pontos estratégicos.	46
Figura 29: Referências para criação dos módulos - Parque da Liberdade (SP)	47
Figura 30: Referência para o edifício no terreno da Concha Acústica: elemento delicado, mimetizado à paisagem em que se insere. Projeto: Serpentine Gallery Pavillion, SANAA	48
Figura 31: Referência para o edifício da Concha Acústica. Construções se integram à paisagem e mantêm a visibilidade do monumento sem competir com ele. Projeto: Centro de visitantes em Ronchamp, Renzo Piano Building Workshop	49
Figura 32: Referência de diálogo com a paisagem natural. Projeto: Brasília Palace Hotel, Oscar Niemeyer	50
Figura 33: Referência para a proposta de criação de áreas para apresentações no perímetro do parque, aproveitando a topografia. Projeto: Parc de la cour du Maroc, Michel Corajoud	51
Figura 34: Proposta para revitalização da orla, a partir da valorização da área pela inserção de equipamentos artísticos, culturais que dêem vitalidade à área. Projeto: Revitalização do Porto Antico de Genova, Renzo Piano Building Workshop	51
Figura 35: Referência de conexão entre as massas construídas e áreas verdes do parque. Projeto: Parque do Ibirapuera, Oscar Niemeyer	52

Referências bibliográficas

- BURLE MARX, R. *Arte & Paisagem* (J. Tabacow org.). 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Estúdio Nobel, 2004.
- COELHO, C. *Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto*. [Editorial]. Cronos – UFRN, v. 9, n.1, p. 65-75, jan./jun. 2008.
- CORBUSIER, L. (1993). *A carta de Atenas* (1ª Edição 1941) ed.). (R. Scherer, Trad.) São Paulo: HUCITEC, EDUSP.
- CORREIO BRAZILIENSE. *Palco de memoráveis shows, a Concha Acústica está tomada pelo mato. A última reforma ocorreu há 12 anos*. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2009/08/10/interna_diversao_arte,133502/index.shtml>. Acesso em: 09/05/2013.
- COSTA, L. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. 1957.
- EMÍDIO, T. *Meio Ambiente e Paisagem*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.
- GDF. *Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto*. Disponível em: <http://www.sedhab.df.gov.br/images/ppcub/estudos_outros_documentos>. Acesso em: 12/05/2013.
- HOLANDA, F.D. *Brasília Cidade moderna, Cidade eterna*. Brasília: FAUUnB, 2010.
- HOWARD, E. *Cidades-Jardins de Amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- IPHAN. *Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação* – Brasília. Brasília: IPHAN, 2007.
- JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MACEDO, SILVIO. *Quadro de paisagismo no Brasil*. São Paulo: Quapá, 1999.
- MEDEIROS, J.M.M. *Visões de um paisagismo ecológico na Orla do Lago Paranoá*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008.
- PPCUB. *Projeto de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília*. Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), 2012.
- QUEIROZ, C. *Paisagem poderosa e preexistência*. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (UnB), 1991.
- SABOIA, L. *O vazio moderno e o reconhecimento de paisagens culturais: o caso da rodoviária em Brasília*. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 2010, Belo Horizonte. Belo Horizonte: MACPS/UFGM, UPM/Madrid, IPHAN, IEDS, 2010.
- SEDHAB. *Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro*. SEDHAB, 2009. Disponível em: <http://www.sedhab.df.gov.br/images/ppcub/estudos_outros_documentos/livro_brasilia_1960_2010.pdf>. Acesso em: 10/07/2013.
- TENÓRIO, G.D.S. *Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília (UnB), 2012.
- UNDERWOOD, DAVID. *Oscar Niemeyer and the architecture of Brazil*. Nova Iorque: Rizzoli Publications, 1999.
- Plano de manejo do Parque Nacional de Brasília*. ICMBIO-IBAMA. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20Brasilia.pdf>>. Acesso em: 10/07/2013.
- Projeto vila planalto – gastronomia e cultura*. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 09/05/2013.

